



Lusa

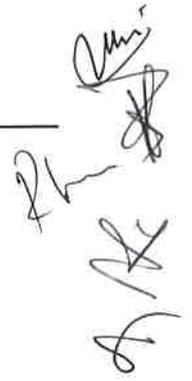
Agência de Notícias de Portugal, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2012

APROVADO EM ASSEMBLEIA-GERAL
DE 28.03.2013

ÍNDICE



A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

- A 1 – Introdução, pág. 3
- A 2 – Estrutura orgânica, pág. 4
- A 3 – Programa de redução de custos, pág. 5
- A 4 – Recursos Humanos, pág. 5
- A 5 – Qualificação, pág. 6
- A 6 – Formação profissional, pág. 6
- A 7 – Atividade Editorial, pág. 6
- A 8 – Evolução de negócios, pág. 12
- A 9 – Cooperação, pág. 15
- A10 – Condecoração de Timor-Leste atribuída à Lusa, pág. 16
- A11 – Atividade internacional, pág. 16
- A12 – Inovação/Modernização, pág. 17
- A13 – Investimento, pág. 18
- A14 – Análise económica e financeira, pág. 18
 - Situação Económico-financeira, pág. 18
 - Proveitos, pág. 18
 - Custos, pág. 19
 - Resultados, pág. 20
 - Situação Patrimonial e Financeira, pág. 20
 - Principais indicadores, pág. 21
 - Pendências judiciais, pág. 22
- A15 – Demonstrações financeiras, pág. 24

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2012, pág. 29

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, pág. 60

D – RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE, pág. 61

E – DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS, pág. 74

F – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

G – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

A1 – Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar contas do exercício de 2012 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

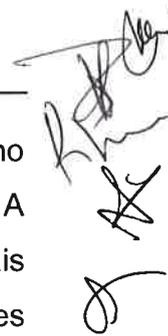
O exercício de 2012 foi fortemente influenciado pela conjuntura económica e social do País.

Apesar da conjuntura económica fortemente recessiva, a Lusa registou um resultado líquido positivo no montante de 260.507 euros.

Os resultados alcançados refletem as políticas de rigor da gestão e de controlo de custos adotadas pelo Conselho de Administração. Espelham, também, a consolidação e o reforço da Lusa como agência multimédia produtora e distribuidora de conteúdos noticiosos e de informação para múltiplas plataformas.

No âmbito da produção de conteúdos deve registar-se, também, que a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado com o Estado, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.

A Lusa constituiu-se, ainda, como um importante fator de afirmação da Língua Portuguesa no Mundo, pela intensificação e afirmação da presença da Agência no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.



No campo da inovação/modernização destaca-se o lançamento e criação no mercado (*App Store* da Apple) de uma aplicação móvel da Lusa para iPad. A aplicação chegou de imediato aos primeiros lugares nas aplicações mais usadas, tanto na Categoria Notícias como na totalidade das aplicações existentes para o mercado português.

No final do ano, a Lusa assinou um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado, para vigorar no triénio 2013-2015, mediante a retribuição anual de 10.700.000 euros, valor que representa uma redução de 31 % em relação ao contrato anterior.

A2 – Estrutura orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

O apoio direto ao PCA foi feito pela Secretaria-Geral, que assegura a maior parte dos serviços corporativos, e ainda pelo Gabinete de Planeamento e Projetos Especiais.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as quatro direções operacionais – Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Comercial e de Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem; Técnica, que controla a gestão dos sistemas de informação; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, e terminou o ano dispondo de três delegações em território nacional e oito no estrangeiro, e conta também com

uma rede de correspondentes em todos os distritos de Portugal e em cerca de 30 países de todo o mundo.

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha



A3 – Programa de redução de custos

Durante o exercício de 2012 a Lusa prosseguiu os esforços de redução de custos em todas as áreas, nomeadamente, aplicando as determinações da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), continuando a renegociação de contratos com fornecedores e realizando um programa de saídas voluntárias para trabalhadores, com rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

A4 – Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2012, a Agência tinha 267 trabalhadores, menos 24 do que em dezembro de 2011, ou seja o número de trabalhadores que aderiu ao programa de saídas voluntárias.



Entre os 267 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 11 requisitados e licenças sem retribuição e 31 em pré-reforma. O efetivo médio ao serviço foi de 238, que compara com 247 em 2011.

Do efetivo total, 37,1 % dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (igual a 2011), 26,7% trabalham na Lusa há menos de dez anos (compara com 34,4 % em 2011), e 51 % são homens (compara com 53% em 2011).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 179 elementos, correspondente a 67 % de todos os trabalhadores.

A5 – Qualificação

No universo de 267 trabalhadores da Lusa, 49,10 % têm como qualificações o nível do ensino superior, 40,8 % o nível do ensino secundário, 7,9 % o 3.º ciclo do ensino básico, e 2,3 % distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

A Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

A6 – Formação profissional

Além do protocolo com a Ciberdúvidas, ao longo de 16 semanas, cerca de 180 jornalistas (incluindo os correspondentes das redes nacional e internacional) frequentaram um curso de formação em Jornalismo de Agência, promovido pela Lusa na sede em Lisboa e na Redação do Porto, com valências nas áreas de escrita, edição, questões deontológicas e produção multimédia.

A7 – Atividade Editorial

O ano de 2012 foi um período de profundas transformações organizacionais, funcionais e editoriais na Redação da Agência. Contudo, este foi também um momento de sedimentação do perfil de agência de serviço público, com uma



preocupação no reforço da abrangência geográfica do noticiário e da credibilização da informação fornecida aos clientes nas diferentes plataformas em que a Lusa opera.

Ao longo do ano de 2012, a Lusa assegurou a produção diária de mais de 400 peças informativas, entre textos áudios, vídeos e infografias. A aposta na componente multimédia foi reforçada com cuidada seleção de vídeos, áudios e de infografias, em resposta às solicitações dos clientes.

Em termos organizacionais, este ano ficou marcado pela efetivação do encerramento dos escritórios das Redações do Centro (Coimbra), Alentejo (Évora) e Algarve (Faro), decidido pelo Conselho de Administração em 2009, com a concordância da Direção de Informação. Este encerramento não implicou nenhuma redução de postos de trabalho, nem uma diminuição da importância atribuída à cobertura das regiões afetadas pela medida e permitiu uma melhor distribuição de recursos humanos na cobertura de jornalismo de proximidade que tem definido a estratégia da agência.

Em termos funcionais, na Redação procedeu-se à fusão da editoria de Cultura com a editoria de Sociedade e à fusão da editoria de Lusofonia com a editoria de Internacional. Estas decisões radicaram numa dupla preocupação: potenciar as competências transversais dos jornalistas das editorias envolvidas, ganhando massa crítica em termos de recursos humanos e criar sinergias editoriais provenientes de uma melhor articulação entre os temas tratados pelas editorias.

Em termos editoriais, a Lusa fez uma tripla aposta: assunção do seu estatuto de grande agência de Lusofonia, dando especial atenção às comunidades da diáspora; promoção intensiva de jornalismo de proximidade no território nacional, procurando uma cobertura informativa homogénea e descentralizada; reforço das competências multimédia, respondendo a solicitações de um mercado cada vez mais digitalizado, com produtos como a aplicação para Ipad e uma atenção acrescida à vertente multiplataforma dos conteúdos noticiosos.



Estas transformações foram acompanhadas por um especial cuidado na formação contínua da Redação, conforme referido anteriormente.

Durante o ano de 2012, e apesar das preocupações com a contenção de custos operacionais, a Lusa conseguiu excelentes resultados na cobertura noticiosa de eventos de diversas áreas temáticas, destacando-se os seguintes exemplos: Guimarães Capital Europeia da Cultura, Braga Capital Europeia da Juventude, Jogos Olímpicos de Londres, Jogos Paralímpicos de Londres, Campeonato Europeu de Futebol na Polónia e na Ucrânia, eleições regionais nos Açores, eleições legislativas em Angola, eleições presidenciais nos Estados Unidos da América e Cimeira Ibérica em Cádiz. Cumprindo as diretivas do contrato programa com o Estado português, a Lusa realizou várias deslocações, em território nacional e no estrangeiro, para acompanhamento de comitivas governamentais, bem como de representação diplomática e/ou comercial.

A Lusa foi igualmente parceira mediática de diversos eventos, destacando-se: Guimarães Capital Europeia da Cultura, Manobras no Porto, Ano Cultural de França em Serralves e Jogos Paralímpicos de Londres.

No final do ano, a Lusa e a EFE estabeleceram um protocolo de cooperação, procurando criar sinergias editoriais e comerciais para reforço à sua presença no mercado global da informação, permitindo candidaturas comuns a fundos comunitários para alargamento de competências jornalísticas, criação de cursos de formação para repórteres nos dois países e uma mais intensiva difusão de notícias sobre Portugal e Espanha nos sítios das duas agências.

Produção editorial

A produção editorial da Lusa ascendeu a 246.116 conteúdos únicos, sendo a média diária de 672 conforme quadro seguinte:

Tipo	2012		
	Nº (Ano)	Média/dia	Peso (%)
Fotos	53.036	145	21,5%
Conteúdos mistos	28.558	78	11,6%
Vídeos	8.500	23	3,5%
Notícias texto	133.543	365	54,3%
Outros conteúdos texto	6.921	19	2,8%
Áudio	12.798	35	5,2%
SMS	2.664	7	1,1%
Gráficos/Infografias	96	0	0,0%
Total	246.116	672	100,0%

Relativamente ao ano anterior, regista-se um ligeiro decréscimo na produção anual de conteúdos (246.116 compara com 247.039 em 2011), diferença que é materialmente irrelevante, considerando que, no final de 2012, a Agência integrava menos 22 jornalistas do que em 2011.

Ainda assim, a produção de conteúdos únicos em 2012, comparada com a de 2011, evidencia o maior crescimento na produção de fotos, com um aumento de 21,5%, seguindo-se as produções de conteúdos mistos com mais 21%, e a produção de outros conteúdos texto com mais 39%.

Comparando com 2011, de registar um ligeiro decréscimo nas produções de outros vídeos, notícias texto, áudio, SMS, e gráficos/infografias, resultante da diminuição da procura do mercado para este tipo de produtos.

Como se demonstra pelo quadro abaixo, a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, em 31 de julho de 2007, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.



Tipo	Média por dia	
	Produção em 2012	Contrato Serviço Público
Áudio	35,0	10 - 20
Fotos	144,9	30 - 50
Notícias texto	364,9	300 - 400
Vídeos	23,29	5 - 10

O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da Agência em 2012 comparativamente com a registada em 2011 e 2010, agrupada segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunication Council) onde se inscreve a diversidade de assuntos tratados no fio noticioso – notícias distribuídas – em valores que resultam da própria classificação temática.

Temas	Texto			Foto			Vídeo			Áudio		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Acidentes e Desastres	8.496	7.907	10.819	2.017	1.487	1.565	214	321	528	272	231	548
Ambiente	4.012	3.658	4.539	714	609	582	177	387	416	330	409	428
Artes, Cultura e Entretenimento	12.309	12.406	12.070	6.782	6.241	4.101	1.344	2.119	2.310	814	1.140	1.332
Ciência e tecnologia	2.751	2.008	1.717	388	199	193	93	156	213	219	159	231
Crime, lei e justiça	18.482	16.189	16.573	1.870	1.437	1.223	464	706	835	802	879	1.259
Desporto	28.387	25.694	28.844	14.235	11.560	9.696	2.041	3.002	2.176	1.503	1.685	1.337
Economia, Negócios e Finanças	59.191	54.641	51.136	6.276	4.349	2.836	2.567	4.203	4.153	4.964	4.700	5.396
Educação	5.306	4.615	4.488	1.170	843	621	359	633	550	651	621	712
Estilo de Vida e Lazer	2.981	1.904	3.181	625	371	406	259	288	385	159	138	219
Guerras e Conflitos	12.695	15.212	10.115	1.365	1.429	527	371	637	501	401	457	504
Interesse humano	3.833	2.998	3.078	1.734	1.116	746	197	297	329	176	178	202
Política	66.046	64.078	59.994	17.339	14.156	9.433	3.312	5.598	5.314	7.269	7.972	8.173
Religião	1.927	1.659	3.134	912	503	1.039	138	232	437	149	173	332
Saúde	7.064	6.123	6.395	920	571	418	316	452	483	780	785	956
Sociedade	24.177	20.591	23.757	1.522	972	842	1.639	2.335	2.584	2.287	2.202	2.574
Trabalho	11.162	6.671	6.741	2.391	1.169	742	826	775	845	1.316	869	1.090
Outros	13.450	10.736	10.710	663	328	709	490	575	538	709	533	627
Total	282.269	257.090	257.291	60.923	47.340	35.679	14.807	22.716	22.597	22.801	23.131	25.920

Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de notícias distribuídas não coincide, de facto, com o número de notícias produzidas.

Além da diversidade de conteúdos distribuídos pela Lusa, entre os 17 temas inscritos no quadro acima, destacam-se a Política (23%), Economia (21%), Desporto (10%) e Sociedade (9%) que, no conjunto, representam 63% do texto noticioso. Comparando com 2011, este agrupamento de temas mantém a liderança na distribuição de notícias/texto, registando um ligeiro decréscimo de 1%, por efeito da redução de 2% do noticiário de Política e o aumento de 1% no noticiário de Sociedade. Trata-se, enfim, de uma variação materialmente



irrelevante uma vez que em nada altera a estabilidade do fio noticioso da Agência.

Quanto à Fotografia, de salientar o crescimento global deste serviço em 29%, comparando com 2011. De facto, apesar de a produção nos temas de Política (28%) e de Desporto (23%) representar 51% do Serviço Fotos, ou seja, menos 3% do que em 2011, sublinha-se o aumento significativo da produção em todos os temas, excetuando Guerras e Conflitos.

A8 – Evolução de negócios

A evolução de negócios em 2012, à semelhança dos anos imediatamente anteriores foi, uma vez mais, condicionada por conjunturas económicas, financeiras e sociais adversas que afetaram o mercado da Comunicação Social onde se inserem os principais clientes da Agência.

Para contrariar esta tendência, desenvolveram-se esforços no sentido de encontrar outros nichos de mercados e, simultaneamente, criaram-se novos produtos e formatos de conteúdos mais adaptados às disponibilidades orçamentais de potenciais clientes.

Em 2012 foram ajustados ao mercado os Serviços Multimédia, criados em 2009, e que se consolidaram em 2010 e 2011. São exemplo os Serviço de Vídeo e Áudio cuja comercialização e utilização pelos nossos subscritores se estabilizaram, podendo, a partir de agora, entrar em novas fases de divulgação, nomeadamente nos mercados internacionais e lusófonos.

A conjuntura desfavorável contribuiu fortemente para o decréscimo de Serviços Especiais para operadores de televisão e Grande Imprensa, especialmente na cobertura de acontecimentos internacionais.

As diferentes abordagens dos clientes, com necessidades de reduzirem e racionalizarem recursos, e a adaptação de serviços à disponibilidade

económica do momento, constituíram os maiores desafios nas atividades e tarefas da Direção Comercial e de Marketing.

O quadro seguinte indica a retração de vendas da Lusa no mercado tradicional dos grandes e pequenos órgãos de comunicação social e o aumento de valor alcançado na área de negócios institucional e no mercado externo, circunstância que permitiu à Agência resistir às adversidades do mercado global, conservar clientes e manter os proveitos.

(Valores em Euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2012	2011	VARIÇÃO 2011/2012	
			VALOR	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1.707.761,14	1.874.816,10	-167.054,96	-8,9%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	250.979,88	314.303,64	-63.323,76	-20,1%
EMPRESAS	879.122,31	1.027.373,16	-148.250,85	-14,4%
INSTITUCIONAL	16.041.568,10	15.623.146,30	418.421,80	2,7%
Contrato com o Estado	15.567.165,71	15.040.739,84	526.425,87	3,5%
Outros	474.402,39	582.406,46	-108.004,07	-18,5%
GRANDE PÚBLICO	10.691,12	14.238,75	-3.547,63	-24,9%
OUTROS	78.329,70	86.340,09	-8.010,39	-9,3%
SUBTOTAL	18.968.452,25	18.940.218,04	28.234,21	0,1%
MERCADO EXTERNO	516.781,66	446.968,25	69.813,41	15,6%
TOTAL	19.485.233,91	19.387.186,29	98.047,62	0,5%



Clientes e serviços

Atenta aos sinais do mercado, a Lusa prosseguiu em 2012 a estratégia comercial e de marketing desenvolvida em anos anteriores, muito focada nas necessidades dos clientes, tendo para isso definido os seguintes princípios orientadores:

- Fidelização dos clientes existentes através da intensificação do apoio aos clientes por forma a encontrar soluções adequadas às suas crescentes dificuldades, continuando a prestar-lhes um serviço de qualidade;
- Prospeção de outros mercados, sobretudo em novas plataformas multimédia, com a oferta de formatos mais adaptáveis à conjuntura;
- Prospeção de novos produtos que se adaptem às necessidades e novas tecnologias solicitados pelos principais clientes;
- Política de preços e produtos adequada ao mercado;
- Diferentes e melhores meios de distribuição, com menores custos;
- Adaptação da oferta de produtos especialmente aos pequenos nichos de mercado e aos meios mais especializados.

Prestação de serviços

Mercê da estratégia comercial e de marketing, a Lusa manteve a sua carteira de clientes, sem significativas alterações em contratos, nem perdas globais de receita.

Assim, foram redefinidos e estabelecidos novos contratos com os principais clientes, nomeadamente, Controlinveste, Impresa, Cofina, RTP, Impala e Sapo/PT, e iniciaram-se alguns projetos experimentais, ou mesmo contratuais, com a ZON, Notícias do Mundo, Jogos Santa Casa e MSN.

Ao nível de grandes clientes institucionais, a Lusa manteve o contrato com a Presidência do Conselho de Ministros / CEGER, continuando a assegurar o fornecimento de vários serviços noticiosos.

Nos mercados emergentes (*new media*), a Lusa reforçou a sua posição como fornecedor de conteúdos multimédia para sítios e portais da Internet, e respondeu tempestivamente com soluções adaptadas a todos os suportes, de que se destacam, nomeadamente, Smartphones e Tablets.

A9 – Cooperação

A Lusa intensificou, em 2012, a afirmação da sua presença no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público e aprofundou o relacionamento multilateral com agências noticiosas de países de língua oficial portuguesa, numa lógica de continuidade da cooperação histórica e, simultaneamente, na identificação de novas áreas de intervenção. Neste âmbito de destacar-se o apoio continuado na manutenção do sítio da Inforpress Agência de Notícias de Cabo Verde e a ação de formação no âmbito da ALP – Aliança das Agências de Língua Portuguesa, em que participaram jornalistas das agências de informação de Cabo Verde, Guiné-Bissau e de S. Tomé e Príncipe.

A Lusa organizou, também, em Lisboa, a V Assembleia-Geral da ALP – Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa, no decorrer da qual apresentou um modelo de plataforma para a criação de um sítio na Internet que reúna conteúdos multimédia das agências da ALP. No final, os membros da ALP assumiram o compromisso da criação de uma Bolsa de Conteúdos da Lusofonia que reunirá o conjunto das melhores notícias diárias da ANG, AIM, ANGOP, EBC, Inforpress, Lusa e STP-Press suscetíveis de promover e afirmar a Língua Portuguesa e as Culturas Lusófonas nos seus países e no Mundo.

A Lusa assinou um protocolo com o Ministério dos Assuntos Parlamentares da República Portuguesa e com o Ministério da Presidência do Conselho de Ministros da República Democrática de Timor-Leste sobre a criação de uma agência de notícias de Timor-Leste. Neste âmbito, a Lusa submeteu, à apreciação do ministro da Presidência do Conselho de Ministros da República



Democrática de Timor-Leste, um Estudo de Viabilidade para a criação de uma agência de notícias de Timor-Leste.

A10 – Condecoração de Timor-Leste atribuída à Lusa

No décimo aniversário da restauração da independência da República Democrática de Timor-Leste, o Presidente Ramos Horta agraciou a Agência Lusa com a Ordem de Timor-Leste, “pelo desempenho profissional em prol da causa Timorense, não apenas durante o dramático período da ocupação como também por todas as ações de cooperação desde a Restauração da Independência.”

A11 – Atividade internacional

A Lusa prosseguiu, em 2012, a afirmação da sua presença em instituições internacionais de que faz parte: EPA – European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora); AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies; EANA – European of News Agencies; Minds International; e IPTC – International Press Telecommunications Council.

No âmbito da atividade internacional devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- a) Participação nas assembleias gerais de acionistas da EPA (junho e outubro);
- b) Participação na 21.ª Assembleia Geral da AMAN, acolhida pela Agência ANSA, e no Seminário “*Italy for the Mediterranean Region: Information and Development*”, organizado pela ANSA (junho);
- c) Organização em Lisboa da Conferência EANA/LUSA “*Developing News Agency Content for a More Diversified Market*” e a Assembleia Geral da EANA (setembro);
- d) Visita a Luanda, na comitiva do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; assinatura do Acordo de Cooperação e de Intercâmbio Noticioso entre a Lusa e o Grupo Medianova de Angola (janeiro).



A12 – Inovação/Modernização

No âmbito da inovação/modernização, na área Multimédia, a Agência criou e lançou no mercado (*App Store* da Apple) uma aplicação móvel da Lusa para iPad. A aplicação chegou de imediato aos primeiros lugares nas aplicações mais usadas, tanto na Categoria Notícias como na totalidade das aplicações existentes para o mercado português e manteve-se regularmente como uma das preferidas do setor dos media. Ainda no setor Multimédia, procedeu à alteração do formato de produção e distribuição de vídeo, de 4x3 para 16x9.

Ao nível de projetos europeus, de salientar o prosseguimento do projeto *Puzzled-by-Policy*, co-financiado pela CE, com a duração de 3 anos, tendo sido lançada a plataforma destinada ao público em geral. Este projeto tem como objetivo a e-democracia, em particular através do alargamento da discussão sobre temas de migração e emigração em todos os países europeus, com o uso de plataformas eletrónicas específicas. A Lusa é responsável pela disseminação do projeto e dos seus resultados.

No campo da modernização tecnológica, procedeu-se à atualização dos computadores pessoais dos jornalistas para uso de novo ambiente de trabalho (com sistema operativo *Windows 7* e *Office 2010*) e à instalação dos dicionários da Priberam (FLiP8).

A Lusa manteve a sua participação na *Minds International*, organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria.

A Lusa concluiu o Projeto *Europhoto* que, na sua última fase, compreendeu a ultimização do programa de digitalização de fotos de arquivo e atualização dos respetivos metadados, em português e inglês. Foram digitalizadas 15.000 fotos dos arquivos da Agência (que estavam em negativos) e fixados os respetivos metadados, tendo boa parte resultado de aturada investigação histórica.



Estas fotos de arquivo da Lusa irão fazer parte de um acervo de 150.000 imagens a disponibilizar num Portal Europeu de Fotos Históricas, para comercialização internacional.

A13 – Investimento

O investimento em 2012 atingiu 294 mil euros, o que representou um acréscimo de 29,8% em relação ao período homólogo, sendo essencialmente aplicado em equipamento de fotografia, no desenvolvimento do sistema de produção e difusão do serviço Lusa e em equipamento multimédia.

A14 – Análise económica e financeira

Situação Económico-financeira

A análise económico-financeira sintetiza os resultados e a situação patrimonial e financeira alcançados pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., no ano de 2012.

Proveitos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 19,8 milhões de euros, em linha com o ano anterior, com um ligeiro decréscimo de 32 mil euros (-0,2%), resultante, sobretudo, dos seguintes aspetos:

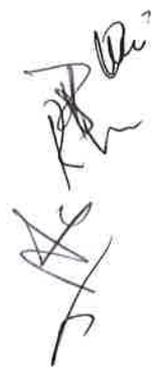
- Aumento de 98 mil euros (+0,5%) nas prestações de serviços, por via da atualização do valor da Indemnização Compensatória (contrato com o Estado), relativa ao exercício, à taxa de inflação de 3,5% (+526 mil euros) e da redução no valor global das outras prestações de serviços (-428 mil euros);
- Acréscimo de 25 mil euros (+34,8%) nos subsídios à exploração;
- Redução de 94 mil euros (-99,7%) nas reversões de dívidas de clientes;
- Diminuição de 83 mil euros (-30,2%) nos outros rendimentos e ganhos, fundamentalmente por efeito do acerto, no exercício de 2011, do valor da Indemnização Compensatória relativa a 2010;

- Aumento de 22 mil euros nos juros, dividendos e outros rendimentos similares, por via de juros de depósitos a prazo.

Custos

O total de custos e perdas ascendeu a 19,4 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 288 mil euros (-1,5%) em relação ao período homólogo, como resultado das seguintes variações:

- Decréscimo de 290 mil euros (-6,4%) nos fornecimentos e serviços externos, fundamentalmente pela diminuição registada nos gastos com correspondentes, honorários, combustíveis, comunicações e com o contrato de *outsourcing* com a PT;
- Aumento de 454 mil euros (+4,1%) nos gastos com o pessoal, sobretudo pelo efeito conjugado entre o aumento decorrente do pagamento de indemnizações por rescisão de contratos de trabalho, no âmbito do Programa de Saídas Voluntárias, realizado em outubro de 2012, e a poupança obtida com a aplicação da suspensão do pagamento do subsídio de Natal, prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2012 e com a redução de pessoal ocorrida em 2011;
- Crescimento de 277 mil euros nas perdas por imparidade, na rubrica “Ajustamentos de dívidas a receber”, sendo que 197 mil euros respeitam a dívidas de clientes e 80 mil euros a dívidas de outros devedores;
- Aumento de 2,2 milhões € nos outros gastos e perdas, sobretudo por efeito do desconhecimento de ativos (dívidas reclamadas judicialmente ao Estado, no montante de 1,6 milhões de euros) e da anulação de faturação a entidades institucionais (582 mil euros);
- Diminuição de 78 mil euros (-40,0%) nos gastos e perdas de financiamento resultante do decréscimo ocorrido nos juros com empréstimos bancários.



[Handwritten signature]

Resultados

O resultado líquido foi positivo e na ordem de 261 mil euros, por efeito de:

	(milhares de euros)		
RESULTADOS	2012	2011	VAR.
Operacionais	533	377	156
Financeiros	-84	-184	101
Antes de impostos	449	193	256
Líquidos	261	513	-252

Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de 14,3 milhões de euros, registou um decréscimo de 870 mil euros em relação a 31 de dezembro de 2011, explicado pelo efeito conjugado entre as diminuições decorrentes do desreconhecimento de ativos (dívidas reclamadas judicialmente ao Estado) e da anulação de faturação a entidades institucionais, e o aumento verificado nos depósitos bancários.

O capital próprio evidenciou um crescimento na ordem de 260 mil euros, por via do resultado líquido do exercício.

A redução evidenciada pelo passivo, na ordem de 1,1 milhões de euros, é explicada fundamentalmente pelo decréscimo observado no endividamento bancário de curto prazo e nas dívidas a fornecedores.

	(milhares de euros)		
BALANÇO	2012	2011	VAR.
Ativo não corrente	8.950	9.167	-217
Inventários	26	24	2
Dívidas de terceiros	1.930	4.251	-2.320
Diferimentos	359	362	-3
Caixa e depósitos bancários	3.001	1.332	1.668
TOTAL DO ACTIVO	14.267	15.136	-870
CAPITAL PRÓPRIO	6.841	6.581	260
PASSIVO:	7.426	8.556	-1.130
Passivo não corrente	3.934	3.768	166
Dívidas a terceiros	3.420	4.732	-1.312
Diferimentos	72	56	16
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	14.267	15.136	-870



Principais indicadores

<i>Indicadores económico-financeiros</i> (Unidade: milhares de euros)	2012	2011	Δ% 12/11
Proveitos operacionais	19.773	19.828	0
EBITDA	957	808	18
Resultado operacional	533	377	41
Resultado líquido	261	513	-49
Resultado líquido por acção (euro)	0,12	0,24	-49
VAB	15.139	14.741	3
Investimento	294	226	30
Margem EBITDA	5%	4%	+ 1 p.p.
Margem Operacional	3%	2%	+ 1 p.p.
Margem líquida	1%	3%	- 2 p.p.
VAB / Efectivo médio (euro)	63.609	59.680	7
Activo líquido	14.267	15.136	-6
Capital próprio	6.841	6.581	4
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	4%	8%	- 4 p.p.
Liquidez Geral	152%	125%	+ 27 p.p.
Autonomia Financeira	48%	43%	+ 5 p.p.
Solvabilidade	92%	77%	+ 15 p.p.
Cobertura do imobilizado	120%	113%	+ 7 p.p.
Recursos humanos	2012	2011	Δ% 12/11
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	267	291	-8,25%
Jornalistas	179	193	-7,25%
Assessores	3	3	0,00%
Técnicos Superiores	12	10	20,00%
Assistentes Administrativos	27	32	-15,63%
Assistentes Técnicos	1	2	-50,00%
Pessoal de Apoio	3	5	-40,00%
Requisitados e Licenças sem Retribuição	11	12	-8,33%
Pré-reformados	31	34	-8,82%
Efectivo médio ao serviço	238	247	-3,64%
Produção de notícias	2012	2011	Δ% 12/11
Áudio	12.798	14.569	-12,16%
Conteúdos mistos	28.558	23.450	21,78%
Fotos	53.036	43.384	22,25%
Gráficos	96	102	-5,88%
Notícias texto	133.543	142.947	-6,58%
Outros conteúdos texto	6.921	4.947	39,90%
Vídeos	8.500	14.556	-41,60%
SMS	2.664	3.084	-13,62%
Total	246.116	247.039	-0,37%

Pendências judiciais

À data de 31 de dezembro de 2012, existiam pendentes os seguintes processos judiciais:

- a) No Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma ação administrativa comum intentada, em 12 de maio de 2010, a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros, incluindo juros de mora vencidos e vincendos, referente a créditos da Lusa sobre o Estado correspondentes aos custos incorridos pela Lusa com a manutenção em funcionamento das delegações de Macau e Pequim em 2000, créditos correspondentes à manutenção das delegações de Jacarta e Díli em 1999 e 2000, créditos correspondentes ao desconto de 50 % efetuado sobre o preço dos serviços prestados às rádios locais e à Imprensa Regional e créditos correspondentes a serviços prestados a agências noticiosas dos PALOP e à Rádio Televisão da Guiné-Bissau.
- b) No Tribunal Tributário de Lisboa sob o n.º 456/05.BELSB, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, respetivamente, nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros. Este processo foi objeto de decisão em julho de 2011, tendo o Tribunal julgado improcedente a impugnação judicial apresentada pela Lusa. Em setembro de 2011, a Lusa procedeu à interposição de recurso que mereceu a admissão do Supremo Tribunal Administrativo, onde corre termos.
- c) No Tribunal de Trabalho de Lisboa, corria termos o Processo n.º 579/11.1 TTLSB apresentado pelo sindicato dos jornalistas contra a Lusa destinada a obter uma sentença que: (i) declare a ilegalidade dos atos plurais contidos no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2011 (LOE); (ii) declare a ilicitude das normas dos artigos 19.º, 24.º, 28.º e 31.º da LOE, por estarem feridas de inconstitucionalidade formal e material; (iii) condene a Lusa a desaplicar as referidas disposições; (iv) declare a

ilicitude da redução feita nas prestações remuneratórias dos associados do Sindicato dos Jornalistas decididas pela Lusa e, desse modo, ser a Lusa condenada a abster-se de implementar a redução de vencimentos em conformidade com aquelas normas; e (v) condene a Lusa a devolver aos associados do Sindicato dos Jornalistas as verbas que tenha descontado até à decisão da presente ação, acrescida dos juros de mora que se mostrarem devidos a final.



A15 – Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

RUBRICAS	NOTAS	(valores expressos em euros)	
		DATA	
		2012	2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	7	1.795.163,67	1.795.163,67
Edifícios e outras construções	7	6.013.419,33	6.184.410,33
Equipamento básico	7	223.161,78	240.589,39
Equipamento de transporte	7	0,00	5.015,20
Equipamento administrativo	7	10.827,96	13.738,70
Ferramentas e utensílios	7	33,50	100,50
Novos projetos	7	197.457,51	250.859,68
Outros não especificados	7	1.831,13	4.094,06
Subtotal ativos fixos tangíveis		8.241.494,88	8.493.971,63
Ativos fixos tangíveis em curso	7	155.703,45	46.000,00
Ativos intangíveis			
Trespasse (<i>goodwill</i>)	6	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	6	0,00	0,00
Programas de computador	6	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Subtotal ativos intangíveis		0,00	0,00
Particip. financeiras - método da equiv. patrimonial			
Sucursal do Brasil		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos			
EPA	8	140.000,14	140.000,14
IPPS-IUL	8	10.000,00	0,00
Subtotal participações financeiras - outros métodos		150.000,14	140.000,14
Ativos por impostos diferidos	5	402.769,67	467.477,33
Total do ativo não corrente		8.849.968,14	9.167.449,00
Ativo corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9	26.087,72	23.617,90
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	9	0,00	0,00
Subtotal inventários		26.087,72	23.617,90
Clientes			
Clientes c/c	10	1.587.314,77	2.183.752,97
Clientes - títulos a receber	10	0,00	0,00
Clientes - cobrança duvidosa	10	6.962,09	8.372,48
Subtotal clientes		1.604.276,86	2.192.125,45
Adiantamentos a fornecedores	11	0,00	0,00
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	11	59.130,45	39.226,40
Pagamentos por conta	11	0,00	0,00
Retenções efetuadas por terceiros	11	0,00	9.904,26
Imposto a recuperar	11	0,00	70.366,26
IVA	11	7.907,89	0,00
Outras contribuições	11	0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		67.038,34	119.516,92
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber			
Fornecedores c/c	11	1.604,10	173,60
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	11	0,00	0,00
Pessoal	11	37.488,03	120.893,00
Outros devedores de cobrança duvidosa	11	0,00	136,78
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	8.570,25	1.620.429,43
Outros devedores diversos	11	211.372,77	197.229,97
Subtotal outras contas a receber		269.033,15	1.938.862,80
Diferimentos			
Gastos a reconhecer	11	359.427,76	362.327,93
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	226.037,35	222.521,30
Outros	4	2.770.000,00	1.000.000,00
Caixa	4	4.851,30	109.973,42
Subtotal caixa e depósitos bancários		3.000.888,65	1.332.494,72
Total do ativo corrente		6.316.762,48	6.968.946,73
TOTAL DO ATIVO		14.266.720,62	15.136.394,72

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2012	2011
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	5 325 000,00	5 325 000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas			
Reservas legais	12	398 306,33	367 657,47
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	2,3/12	11 070,04	(466 724,36)
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de reaval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis			
Antes de imposto sobre o rendimento	12	1 008 288,31	1 008 288,31
Impostos diferidos	12	(163 868,47)	(168 274,73)
Outras variações no capital próprio			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	12	1 587,72	1 882,75
		6.580.383,93	6.067.829,44
Resultado líquido do período		260 507,00	512 849,52
		6.840.890,93	6.580.678,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17,3	2 943 641,09	2 943 641,09
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	816 666,69	625 000,00
Loações financeiras	15	10 175,90	31 351,92
Subtotal financiamentos obtidos		826.842,59	656.351,92
Passivos por impostos diferidos	16	163 868,47	168 274,73
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Total do passivo não corrente		3.934.352,15	3.768.267,74
Passivo corrente			
Fornecedores	14	520 088,32	993 098,55
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	61 327,69	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	140 096,09	248 442,88
IVA	16	916 476,11	932 120,38
Outros impostos (imposto do selo)		0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	16	184 091,61	389 727,50
Tributos das autarquias locais	16	12 337,18	4 655,47
Outras tributações		0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		1.314.328,68	1.574.946,23
Acionistas/sócios	16	0,00	0,00
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	366 666,67	916 666,66
Descobertos bancários		0,00	0,00
Loações financeiras	15	21 064,30	63 592,66
Outros financiadores		0,00	0,00
Subtotal financiamentos obtidos		387.730,97	980.259,34
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	217 005,57	93 472,94
Credores por acréscimos de gastos	16	861 694,40	942 497,70
Pessoal	16	4 660,04	11 276,44
Outros credores diversos	16	114 289,25	136 243,49
Subtotal outras contas a pagar		1.197.649,26	1.183.490,57
Diferimentos			
Rendimentos a reconhecer	16	71 680,30	55 653,32
Total do passivo corrente		3.491.477,53	4.787.448,01
Total do passivo		7.425.829,68	8.555.715,75
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		14.266.720,62	15.136.394,72

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	20	15 567 165,71	15 040 739,84
Outras	20	3 918 068,20	4 346 446,45
Subtotal vendas e serviços prestados		19 485 233,91	19 387 186,29
Subsídios à exploração	21	96 351,09	71 460,72
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(75 820,94)	(85 603,26)
Fornecimentos e serviços externos	23	(4 270 539,62)	(4 560 742,35)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(106 777,28)	(109 606,70)
Remunerações do pessoal	24	(7 851 803,79)	(8 789 220,92)
Encargos sociais e outros	24	(3 679 684,60)	(2 285 794,80)
Subtotal gastos com o pessoal		(11 638 265,67)	(11 184 622,42)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17 1/21	(206 144,95)	85 166,12
Outros devedores	17 1/21	(80 066,94)	0,00
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(286 211,89)	85 166,12
Provisões (aumentos/reduções)	17 3/21	0,00	(2 843 641,09)
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	21	14 642,76	14 642,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	21	14 349,43	18 069,64
Ganhos em inventários	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsid., assoc. e empreend. conjuntos	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações	21	0,00	10 445,79
Sinistros	21	10 036,93	2 918,01
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	0,00
Excesso de estimativa para impostos	21	0,00	0,00
Descontos	21	39 222,96	52 768,34
Diferenças de câmbio favoráveis	21	17 496,73	22 749,96
Reembolsos diversos	21	9 439,34	19 262,06
Diversos	21	86 409,20	133 581,10
Diferenças de conversão favoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros rendimentos e ganhos		191 587,38	274 437,71
Outros gastos e perdas			
Impostos	21	(109 785,44)	(122 844,61)
Dívidas incobráveis	21	(41 224,62)	(72 177,47)
Perdas em inventários	21	0,00	0,00
Gastos e perdas em subs., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
Alienações		0,00	0,00
Sinistros	21	(0,95)	0,00
Abates	21	(254,00)	(11 939,12)
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	0,00
Donativos	21	(400,00)	0,00
Quotizações	21	(10 425,66)	(9 235,41)
Oferlas e amostras de inventários		0,00	0,00
Insuficiência da estimativa para impostos	21	0,00	(2 166,73)
Perdas em investimentos financeiros		0,00	0,00
Despesas não documentadas	21	(441,28)	(685,80)
Outros não especificados			
Serviços bancários	21	(100 935,66)	(70 920,57)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21	(24 642,80)	(25 546,06)
Subsídios de alimentação de estagiários	21	0,00	0,00
Multas e penalidades	21	(3 775,58)	(11 438,44)
Diversos	21	(2 253 563,77)	(8 614,05)
Diferenças de conversão desfavoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros gastos e perdas		(2 545 449,76)	(335 769,06)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		956 884,47	807 872,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	21	(424 011,87)	(430 607,34)
Ativos intangíveis	21	0,00	0,00
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(424 011,87)	(430 607,34)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		532 872,60	377 265,33
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	33 683,35	11 267,74
Outros	25	348,10	377,46
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		34 031,45	11 645,20
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	25	(36 255,51)	(113 536,39)
Médio e longo prazo	25	(78 805,43)	(78 445,55)
Com leasing	25	(2 475,42)	(3 953,26)
Com outros financiamentos	25	0,00	(0,11)
Subtotal juros e gastos similares suportados		(117 536,36)	(195 935,31)
Resultado antes de impostos		449 367,69	192 985,24
Imposto sobre o rendimento do período	5	(188 860,69)	319 854,26
Resultado líquido do período		260 507,00	512 849,50

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

António F. Queiroz de Silva

Rafael...

Dr. António da Silva

Handwritten signature and notes on the right margin.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	20	19.485.233,91	19.387.186,29
Custos das vendas e dos serviços prestados		(10.367.788,81)	(10.611.722,88)
Resultado bruto		9.117.445,10	8.775.463,42
Outros rendimentos	21	288.226,04	440.491,10
Gastos de distribuição		(1.108.214,10)	(592.044,44)
Gastos administrativos		(1.707.954,85)	(3.065.741,89)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos (i)		(6.056.629,58)	(5.180.902,86)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		532.872,60	377.265,33
Gastos de financiamento (líquidos)	25	(83.504,91)	(184.270,09)
Resultado antes de impostos			449.367,69
Imposto sobre o rendimento do período	5	(188.860,69)	319.854,28
Resultado líquido do período			260.507,00
Resultados por ação	26	0,12	0,24

(i) Inclui os gastos com as indemnizações dos trabalhadores que aderiram ao "Programa de Saídas Voluntárias", no montante de 1.779.495,57 €, incluído em 2012

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de Janeiro de 2011</u>		5.325.000,00	334.936,31	835.607,32	(815.972,52)	902,20	713.587,20	6.394.060,51
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	980,55	-	980,55
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	59.163,96	-	(59.163,96)	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	4.406,26	(4.406,26)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	32.721,16	-	294.490,44	-	(327.211,62)	-
		5.325.000,00	367.657,47	840.013,58	(466.724,36)	1.882,75	327.211,62	6.305.041,06
Resultado líquido do período	2,3	-	-	-	-	-	612.977,12	612.977,12
Ajustamentos de reexpressão no resultado líquido do período			-	-	-	-	-	(100.127,60)
Resultado integral		5.325.000,00	367.657,47	840.013,58	(466.724,36)	1.882,75	840.061,14	6.907.890,58
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	(327.211,82)	(327.211,82)
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	(327.211,62)	(327.211,62)
<u>Saldo em 31/12/2011</u>	12	5.325.000,00	367.657,47	840.013,58	(466.724,36)	1.882,75	512.849,52	6.580.678,96

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de Janeiro de 2012</u>	12	5.325.000,00	367.657,47	840.013,58	(466.724,36)	1.882,75	512.849,52	6.580.678,96
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(295,03)	-	(295,03)
Ajustamentos de reexpressão	2,3	-	-	-	(100.127,60)	-	-	(100.127,60)
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	4.406,26	(4.406,26)	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	30.648,96	-	582.328,21	-	(512.849,52)	100.127,60
		5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72	-	6.580.383,93
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	260.507,00	260.507,00
Resultado integral		5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72	260.507,00	6.840.890,93
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
<u>Saldo em 31/12/2012</u>	12	5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72	260.507,00	6.840.890,93

A Técnica Oficial de Contas,

Leonor MFR Figueira do Sim

O Conselho de Administração,

Roger Boen

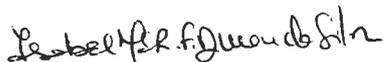
João Carlos de Sousa Marques Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

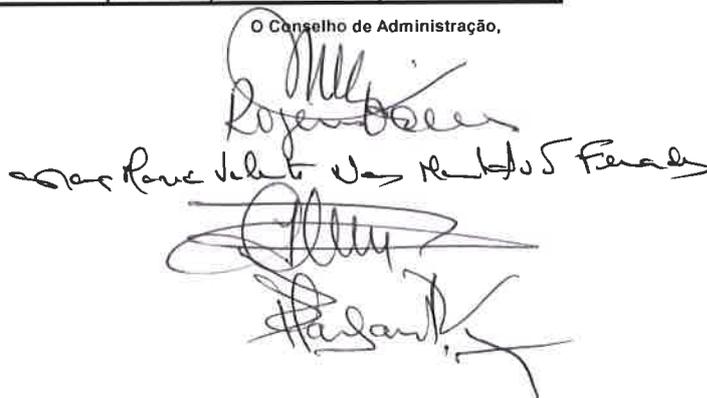
(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2012	2011
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	20.044.373,99	19.706.612,82
Pagamentos a fornecedores	14	(4.857.145,27)	(4.346.847,03)
Pagamentos ao pessoal	16	(11.680.864,14)	(11.927.365,51)
Fluxos gerados pelas operações		3.506.364,58	3.432.400,29
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	16	30.811,89	(290.447,11)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	11/16	(1.281.735,91)	(104.394,52)
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		2.255.440,56	3.037.558,66
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis	7	11.354,64	2.473,22
Ativos intangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares	25	25.461,20	11.665,22
Dividendos		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	8	-	(60.000,00)
Ativos fixos tangíveis	7	(170.344,47)	(257.176,44)
Ativos intangíveis		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		(133.528,63)	(303.037,99)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	13	1.000.000,00	2.000.000,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	-
Subsídios e doações		86.351,09	-
Venda de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13	(1.358.333,32)	(5.475.624,82)
Amortização de contratos de locação financeira	15	(63.704,38)	(54.230,60)
Juros e gastos similares	25	(117.536,36)	(195.935,31)
Dividendos		-	(381.676,18)
Redução de capital e prestações suplementares		-	-
Aquisição de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)		(453.222,97)	(4.107.466,91)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		1.668.688,96	(1.372.946,25)
Efeito das diferenças de câmbio		(295,03)	980,55
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.332.494,72	2.704.460,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.000.888,65	1.332.494,72

A Técnica Oficial de Contas,



O Conselho de Administração,



B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2012

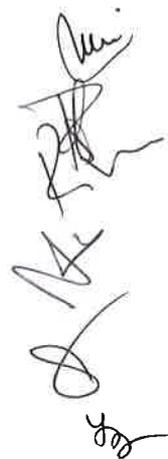
1. Introdução

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto – Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 31 de julho de 2007, a Empresa celebrou com o Estado Português um Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações. Este contrato foi renovado em 01 de janeiro de 2010 e vigorou até 31 de dezembro de 2012.

Em 21 de dezembro de 2012, a Empresa celebrou com o Estado Português um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações e foi determinada uma fórmula de remuneração da Empresa, num montante a ser pago mensalmente pelo Estado, em função dos serviços prestados pela Empresa.





As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2012, são apresentadas em base individual.

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros, com arredondamento ao cêntimo, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 22 de fevereiro, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de assembleia-geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A adoção das NCRF ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para este normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Comparabilidade

No presente exercício foi efetuado o reconhecimento em Resultados Transitados da insuficiência da estimativa de IRC de 2011 resultante do acréscimo de 10 pontos percentuais nas taxas de tributação autónoma decorrente do prejuízo fiscal daquele ano, no valor de 100.127,60 euros, tendo sido reexpressas as demonstrações financeiras de 2011 como segue:

Efeito da reexpressão no Balanço de 2011	Saldo inicial	Ajustamento	Saldo reexpresso
Ativo			
Estado e outros entes públicos:			
Imposto sobre o rendimento:			
Imposto a recuperar	170.513,86	(100.127,60)	70.386,26
Capitals Próprios			
Resultado Líquido	612.977,12	(100.127,60)	512.849,52
<hr/>			
Efeito da reexpressão na Demonstração de Resultados de 2011	Saldo inicial	Ajustamento	Saldo reexpresso
Resultado antes de Impostos	192.995,24		192.995,24
Imposto sobre o rendimento do período	419.981,88	(100.127,60)	319.854,28
Resultado líquido	612.977,12	(100.127,60)	512.849,52

De acordo com a NCRF 4 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, uma entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente ao primeiro conjunto de demonstrações financeiras aprovadas após a sua descoberta, reexpressando as quantias comparativas para o(s) período(s) anterior(es) apresentado(s) em que tenha ocorrido o erro.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Exceto no que se refere ao “Edifício Lusa”, sito em Lisboa, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, e respetivas vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela



data, um aumento do ativo, líquido de depreciações acumuladas, de 1.051.067,42 euros e uma reserva de reavaliação no mesmo montante. Como resultado das reavaliações efetuadas (Nota 7.), as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram aumentadas em 16.627 euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em 596.170 euros (Nota 7.).

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método



financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.1.6. Instrumentos financeiros

3.1.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.6.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do



custo amortizado conduzi-se a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.6.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.7. Imparidade de dívidas a receber

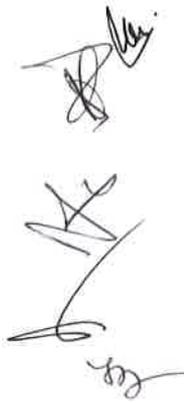
Foram constituídos ajustamentos em dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança (Nota 17.1.).

3.1.8. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.9. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo, a Empresa apenas reconhece os subsídios nas suas



demonstrações financeiras quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.10. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.11. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.12. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados financeiros. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2012	2011
Janeiro	0,4332005	0,4470073
Fevereiro	0,4399666	0,4392708
Março	0,4224043	0,4306632
Abril	0,4097521	0,4368911
Maio	0,3943684	0,4323203
Junho	0,3897420	0,4376368
Julho	0,4013807	0,4478481
Agosto	0,3972984	0,4369102
Setembro	0,3836415	0,4176063
Outubro	0,3797516	0,4109139
Novembro	0,3771877	0,4130525
Dezembro	0,3667840	0,4136505
Taxa de fecho	0,3667840	0,4136505
Taxa média do ano	0,3996232	0,4303142

3.1.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



As provisões existentes respeitam a processos judiciais em curso e os seus montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade.

3.1.14. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros, seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa (dinheiro em caixa)	4.851,30	109.973,42
Depósitos à ordem	226.037,35	222.521,30
Depósitos a prazo	2.770.000,00	1.000.000,00
Total de caixa e seus equivalentes	3.000.888,65	1.332.494,72

5. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. Atendendo ao nível de lucro tributável apurado, inferior a 1.500.000 euros, não há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento Fiscal adotado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração fiscal, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2012 os prejuízos fiscais reportáveis relativos ao exercício de 2011 ascendiam a 1.481.488 euros, reportáveis até ao exercício de 2015.



Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 Euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontra-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.11., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

[Handwritten signatures and initials]

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos foi considerado o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios anteriores que se consideram recuperáveis no período legal para a sua dedução.

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	449.367,69
Taxa nominal de imposto (i)	-
<hr/>	
Débito de imposto esperado	119.082,44
Diferenças permanentes (ii)	9.168,22
Ajustamentos à coleta (iii)	60.610,03
<hr/>	
Imposto sobre o rendimento do exercício	188.860,69
<hr/>	
Imposto corrente (Nota 16.)	108.559,30
Imposto diferido gerado no exercício	80.301,39
<hr/>	
	188.860,69
<hr/>	
<p>(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, a partir do exercício de 2012, aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.</p>	
<p>(ii) Em 31 de dezembro de 2012, este montante tinha a seguinte composição:</p>	
Multas e outras penalidades	3.775,58
Outras situações líquidas	30.821,48
<hr/>	
	34.597,06
Taxa nominal de imposto	26,5%
<hr/>	
	9.168,22
<hr/>	

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

[Handwritten signatures and initials]

b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos activos:			
Prejuizos fiscais reportáveis	486.378,21	(116.006,30)	370.371,91
Imparidades não aceites fiscalmente	1.099,12	31.298,64	32.397,76
	487.477,33	(84.707,66)	402.769,67
Impostos diferidos passivos:			
Reservas de reavaliação	168.274,73	(4.406,26)	163.868,47

6. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de 633.757,75 euros encontram-se totalmente amortizados.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2012	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.795.163,67	8.180.349,15	4.485.590,36	269.101,77	7.586,60	484.469,45	2.768.172,77	46.000,00	18.036.433,77
Aquisições	-	-	73.424,22	-	-	1.185,31	63.564,12	155.703,45	293.877,10
Transferências e abates	-	-	(5.163,40)	-	-	(4.912,66)	(4.921,74)	(46.000,00)	(60.997,80)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.795.163,67	8.180.349,15	4.553.851,18	269.101,77	7.586,60	480.742,10	2.826.615,15	155.703,45	18.269.313,07
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(1.995.938,82)	(4.245.000,97)	(264.086,57)	(7.486,10)	(470.730,75)	(2.513.219,03)	-	(9.496.462,23)
Reforços	-	(170.991,00)	(125.504,46)	(5.015,20)	(67,00)	(4.236,04)	(118.138,17)	-	(424.011,87)
Regularizações por alienações e abates	-	-	39.816,03	-	-	4.912,65	3.630,69	-	48.359,37
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(2.166.929,82)	(4.330.689,40)	(269.101,77)	(7.553,10)	(470.114,14)	(2.627.726,51)	-	(9.872.114,74)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	1.795.163,67	6.013.419,33	223.161,78	-	33,50	10.627,96	199.088,64	155.703,45	8.397.198,33

O aumento na rubrica de “Equipamento básico” resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento fotográfico. O acréscimo em “Outros ativos fixos tangíveis” ocorreu por via dos desenvolvimentos realizados no sistema de produção da redação e da aquisição de equipamentos no âmbito do projeto multimédia. O aumento nos “Ativos Fixos em Curso” resultou da aquisição de servidores, *desktops* e portáteis, *chiller* (ar condicionado) e de uma central telefónica, equipamentos cuja entrada em funcionamento ainda não se verificou.

31 de dezembro de 2011	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1 795 163,67	8 180 349,15	4 575 506,30	283 951,69	7 586,60	498 824,51	2 638 730,53	64 663,74	18 044 776,19
Aquisições	-	-	90 652,83	-	-	7 253,71	82 428,51	46 000,00	226 335,05
Transferências e abates	-	-	(180 568,77)	-	-	(21 608,77)	47 013,73	(64 663,74)	(219 827,55)
Alienações	-	-	-	(14 849,92)	-	-	-	-	(14 849,92)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1 795 163,67	8 180 349,15	4 485 590,36	269 101,77	7 586,60	484 469,45	2 768 172,77	46 000,00	18 036 433,77
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(1 824 947,82)	(4 316 029,65)	(271 807,11)	(7 419,10)	(481 380,49)	(2 396 474,97)	-	(9 298 059,14)
Reforços	-	(170 991,00)	(116 199,30)	(7 129,38)	(67,00)	(10 243,81)	(125 976,85)	-	(430 607,34)
Regularizações por alienações e abates	-	-	187 227,98	14 849,92	-	20 893,55	9 232,79	-	232 204,24
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(1 995 938,82)	(4 245 000,97)	(264 086,57)	(7 486,10)	(470 730,75)	(2 513 219,03)	-	(9 496 462,24)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	1 795 163,67	6 184 410,33	240 589,39	5 015,20	100,50	13 738,70	254 953,74	46 000,00	8 539 971,53

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam o custo de aquisição reavaliado (Nota 3.1.1.) e respetivas benfeitorias das frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património de 25 de novembro de 1997 e de acordo com a Portaria n.º 995/97 de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

[Handwritten signatures and initials]

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondente reavaliação em 31 de dezembro de 2012, líquidos de depreciações acumuladas, é o seguinte:

	<u>Custos históricos</u>	<u>Reavaliações</u>	<u>Valor contabilístico reavaliado</u>
Terrenos e recursos naturais	1.575.465,64	219.698,03	1.795.163,67
Edifícios e outras construções	5.417.249,39	596.169,93	6.013.419,33
	<u>6.992.715,04</u>	<u>815.867,96</u>	<u>7.808.583,00</u>

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.1.1.), as depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aumentadas em 16.627 euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 596.170 euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

Os imóveis constituídos pelo Edifício Lusa e pelo imóvel de Macau não foram objeto de avaliação por perito independente, mas a Administração da Empresa entende que os valores pelos quais os mesmos se encontram registados na contabilidade são inferiores aos seus valores de mercados, pelo que não é necessário a constituição de qualquer perda por imparidade.

8. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, registaram os seguintes movimentos:

31 de dezembro de 2012

	Investimentos em outras empresas
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (a)	140.000,14
Aquisição de uma unidade de participação do capital do IPPS-IUL (b)	10.000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>150.000,14</u>

(a) Participações no capital social da EPA.

(b) Em dezembro de 2012, a Lusa adquiriu uma unidade de participação do capital do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, no valor nominal de 10 mil euros.

31 de dezembro de 2011

	Investimentos em outras empresas
Saldo em 31 de dezembro de 2010	85.000,14
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>140.000,14</u>

A EPA – European Pressphoto Agency é uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de 20.000 euros (vinte mil euros) cada, que representa 1,89% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição.

O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais é uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de 10.000 euros (dez mil euros).

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo tinha o seguinte detalhe:

	2012	2011
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		
Existências iniciais	23.617,90	26.045,81
Compras	78.290,76	83.175,35
Consumos	(75.820,94)	(85.603,26)
Ajustamentos	-	-
Existências finais	<u>26.087,72</u>	<u>23.617,90</u>

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Cientes c/c	1.597.314,77	-	1.597.314,77	2.183.752,97	-	2.183.752,97
Cientes - cobrança duvidosa	<u>1.333.119,36</u>	<u>(1.326.157,27)</u>	<u>6.962,09</u>	<u>1.128.384,80</u>	<u>(1.120.012,32)</u>	<u>8.372,48</u>
	<u>2.930.434,13</u>	<u>(1.326.157,27)</u>	<u>1.604.276,86</u>	<u>3.312.137,77</u>	<u>(1.120.012,32)</u>	<u>2.192.125,45</u>

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17..

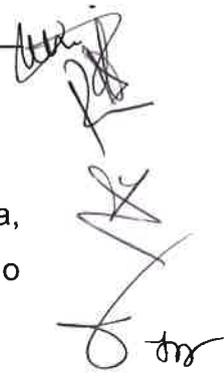
Conforme mencionado na Nota 21., no exercício de 2012 foi desreconhecido o montante de 582.074,58 euros, relativo a dívidas de clientes.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Outros ativos não correntes:</u>		
Ativos por impostos diferidos	402.769,67	487.477,33
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	59.130,45	119.516,92
IVA	7.907,89	-
Outras contribuições	-	-
Fornecedores c/c	1.604,10	173,60
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Pessoal	37.486,03	120.893,00
Outros devedores de cobrança duvidosa	-	136,78
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Subsídio relativo às delegações de Jacarta, Díli, Macau e Pequim (b)	-	1.629.204,45
Outros	8.570,25	(8.775,00)
Outros devedores diversos	211.372,77	197.229,97
Gastos a reconhecer	359.427,76	362.327,93
	<u>1.088.268,92</u>	<u>2.908.184,98</u>
 (a) O montante de IRC tem a seguinte composição:		
Pagamentos especiais por conta	59.130,45	

(b) O montante de 1.629.204,45 euros respeita sobretudo à comparticipação a receber pela Empresa pela manutenção de delegações em Jacarta, Díli, Macau e Pequim nos anos de 1999 e 2000, e que a partir de 2001 passaram a integrar o Contrato de Prestação de Serviço Público, conforme Ofício n.º 1530/00 de 31 de outubro de 2000, do Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social, tendo sido desreconhecido no exercício de 2012 o acréscimo de rendimentos registado no ano de 2000 (cfr. Nota 21.). Tal como se evidencia em "Pendências Judiciais" alínea a) a páginas 22 deste relatório, a Empresa mantém no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa um processo judicial contra o Estado Português, reclamando a titularidade desses créditos.



12. Capital próprio

Composição do Capital: Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de 2,5 euros, cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital: As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2012:

Nome	%	Montante
DIREÇÃO GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS	50,14	2.670.000,00
CONTROLINVESTE MEDIA SGPS, S.A.	23,36	1.243.550,00
IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160,00

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis: No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação, a Empresa registou, naquela data, um aumento do ativo, líquido de depreciações acumuladas, de 1.051.067,42 euros, bem como uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo das dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

	2012		2011	
	Valor de balanço			
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco BPI, S.A. (a)	-	-	750.000,00	375.000,00
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (b)	166.666,67	83.333,37	166.666,68	250.000,00
Banco Popular, S.A. (c)	200.000,00	733.333,32	-	-
	<u>366.666,67</u>	<u>816.666,69</u>	<u>916.666,68</u>	<u>625.000,00</u>

- (a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco BPI, S.A. para refinanciamento de investimento efetuado. Em 31 de dezembro de 2011, este empréstimo vencia juros postecipados trimestrais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 6%, com reembolso em 6 prestações trimestrais iguais, vencendo-se a primeira em março de 2012 e a última em junho de 2013. Em setembro de 2012, a Empresa decidiu proceder ao seu reembolso antecipado.
- (b) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Nacional Ultramarino, S.A., com sede em Macau, para a gestão corrente dos negócios. Em 31 de dezembro de 2012, este empréstimo vencia juros postecipados trimestrais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 1,5%, com reembolso em seis prestações trimestrais iguais, vencendo-se a primeira em março de 2013 e a última em junho de 2014. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca do imóvel que detém em Macau.
- (c) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Popular Portugal, S.A. para consolidação da dívida junto do sistema financeiro nacional. Em 31 de dezembro de 2012 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 6%, com reembolso em 56 prestações mensais iguais, vencendo-se a primeira em janeiro de 2013 e a última em agosto de 2017. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca sobre as frações autónomas “B”, “C”, “D”, “E” e “F”, do edifício sede da Empresa, no valor de 1.500.000 euros.

Para além dos empréstimos anteriormente descritos, a Empresa contratou com o Banco BPI, S.A. e com o Banco Popular Portugal, S.A., contas correntes caucionadas que vencem juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares, com os montantes de até 3.500.000 euros e de até 500.000 euros, renováveis por períodos de três meses e um ano, respetivamente. É convicção do Conselho de Administração que estas linhas de crédito continuarão a ser renovadas no futuro.

O valor dos gastos associados aos empréstimos reconhecidos na demonstração dos resultados está descrito na Nota 25..

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecedores	520.088,32	993.098,55
Fornecedores de investimentos	<u>217.005,57</u>	<u>93.472,94</u>
	<u><u>737.093,89</u></u>	<u><u>1.086.571,49</u></u>

15. Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de 31.240,20 euros, que se vencem como se segue:

	<u>Capital</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2013	<u>21.064,30</u>	<u>933,18</u>	<u>21.997,48</u>
2014	<u>10.175,90</u>	<u>151,42</u>	<u>10.327,31</u>
	<u><u>31.240,20</u></u>	<u><u>1.084,59</u></u>	<u><u>32.324,80</u></u>

16. Outros passivos não correntes e correntes

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos	<u>163.868,47</u>	<u>168.274,73</u>
Outros passivos correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	61.327,69	-
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	140.096,09	248.442,88
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	916.476,11	932.120,38
Contribuições para a segurança social	184.091,61	389.727,50
Tributos das autarquias locais	12.337,18	4.655,47
Acionistas/sócios	-	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	737.520,52	780.118,99
Outros acréscimos de gastos	124.173,88	162.378,71
Pessoal	4.660,04	11.276,44
Outros credores diversos	114.289,25	136.243,49
Rendimentos a reconhecer	<u>71.680,30</u>	<u>55.653,32</u>
	<u><u>2.366.652,67</u></u>	<u><u>2.720.617,19</u></u>
(a) O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:		
Estimativa de imposto do ano (Nota 5.)	108.559,30	
Pagamentos especiais por conta	(19.670,32)	
Retenções na fonte	<u>(27.561,28)</u>	
	<u><u>61.327,69</u></u>	

17. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas de imparidade de clientes e outros devedores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

31 de dezembro de 2012:

Saldo em 31 de dezembro de 2011
Reforços (a)
Anulação/regularização
Saldo em 31 de dezembro de 2012

Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)	(1.120.299,92)
	(286.499,49)
	287,60
	<u>(1.406.511,81)</u>

31 de dezembro de 2011:

Saldo em 31 de dezembro de 2010
Reforços
Anulação/regularização
Saldo em 31 de dezembro de 2011

Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)	(1.205.466,04)
	(9.426,55)
	94.592,67
	<u>(1.120.299,92)</u>

(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Dívidas de clientes
Outros devedores

(206.144,95)
(80.354,54)
<u>(286.499,49)</u>

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2012 encontram-se a decorrer diversas ações interpostas por terceiros contra a Empresa, no valor de 130.001 euros, cujos desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, não se prevê que dessas ações venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Nota 17.3.).

Em 31 de dezembro decorria uma ação interposta pela Empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros, e uma impugnação judicial do IVA 2001 e 2002, respetivamente nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros, nos termos descritos em “Pendências Judiciais” a páginas 22 deste relatório.

17.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2012:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.943.641,09	-	-	2.943.641,09

31 de dezembro de 2011:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	100.000,00	2.843.641,09	-	2.943.641,09

Os valores registados na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destinam-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso (processo judicial do IVA de 2001 e 2002 - cfr. Nota 17.2.).

Estas provisões foram determinadas com base no julgamento que o Conselho de Administração fez dos respetivos processos e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Cientes	17.945,28
Direção-Geral dos Impostos (a)	3.710.950,00
	<u>3.728.895,28</u>

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 5. e Notas 17.2. e 17.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 3.1.6.3. e Nota 13.) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa e por hipotecas.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	2012	2011
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	1.930.348,36	4.250.505,18
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	3.000.888,65	1.332.494,72
	<u>4.931.237,00</u>	<u>5.582.999,90</u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos	(1.183.333,36)	(1.541.666,68)
Locações financeiras	(31.240,20)	(94.944,58)
Contas a pagar a terceiros	(3.032.066,26)	(3.751.535,35)
	<u>(4.246.639,82)</u>	<u>(5.388.146,61)</u>

O valor de "contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber. O valor de "contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as prestações de serviços foram como segue:

	2012	2011
Mercado nacional	18.968.452,25	18.940.218,04
Mercado externo	516.781,66	446.968,25
	<u>19.485.233,91</u>	<u>19.387.186,29</u>

21. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como segue:

	2012	2011
Subsídios à exploração	96.351,09	71.460,72
Reversões de ajustamentos (Nota 17.1.)	287,60	94.592,67
Reversões de provisões	-	-
Rendimentos suplementares	14.642,76	14.642,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	14.349,43	18.069,64
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	10.036,93	13.363,80
Outros rendimentos e ganhos operacionais	152.558,23	228.361,51
	<u>288.226,04</u>	<u>440.491,10</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros gastos e perdas operacionais foram como segue:

	2012	2011
Perdas por imparidade (Nota 17.1.)	286.499,49	9.426,55
Provisões (Nota 17.3.)	-	2.843.641,09
Impostos	109.785,44	122.844,61
Dívidas incobráveis	41.224,62	72.177,47
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	254,95	11.939,12
Perdas em inventários	-	-
Outros gastos e perdas operacionais (a)	2.394.184,75	128.807,86
Gastos de depreciação e de amortização	424.011,87	430.607,34
	<u>3.255.961,12</u>	<u>3.619.444,04</u>

(a) O valor de 2.394.184,75 diz respeito essencialmente ao desreconhecimento de ativos, conforme quadro seguinte:

Secretaria de Estado da Comunicação Social (cfr. Nota 10.)	43.325,10
IPAD reclamado judicialmente (cfr. Nota 10.)	311.854,26
IPAD não reclamado judicialmente (cfr. Nota 10.)	152.873,82
Radio Ecclesia reclamado judicialmente (cfr. Nota 10.)	49.347,60
Radio Ecclesia não reclamado judicialmente (cfr. Nota 10.)	24.673,80
Subsídio relativo delegações Jacarta, Dili, Macau e Pequim (cfr. Nota 11.)	1.629.204,45
Outros devedores diversos	39.877,87
Total	2.251.156,90

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

22. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi como segue:

	2012	2011
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</u>		
Material de telefax	-	-
Material de fotografia	-	-
Material de informática	3.455,61	3.326,13
Material de fotocópia	1.776,73	2.041,27
Material de escritório	3.893,56	4.126,18
Material de limpeza, higiene e conforto	5.533,45	5.112,31
Livros, jornais e outras publicações	59.888,31	69.462,12
Outros materiais	1.273,28	1.535,25
	<u>75.820,94</u>	<u>85.603,26</u>

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	2012	2011
Trabalhos especializados	613.602,66	623.684,81
Publicidade e propaganda	11.769,68	10.790,92
Vigilância e segurança	90.505,93	92.570,65
Honorários	93.836,04	169.497,93
Conservação e Reparação	252.489,09	262.665,11
Serviço de agências noticiosas	338.456,70	322.333,73
Energia e fluidos	218.624,67	279.376,96
Deslocações, estadas e transportes	386.536,20	385.632,13
Rendas e alugueres	540.816,44	578.939,43
Comunicação	522.672,44	557.820,11
Seguros	54.792,89	53.533,64
Limpeza, higiene e conforto	110.413,74	113.717,48
Correspondentes e colaboradores	936.283,43	1.024.853,10
Outros	99.739,71	85.326,35
	<u>4.270.539,62</u>	<u>4.560.742,35</u>

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remunerações dos órgãos sociais	106.777,28	109.606,70
Remunerações do pessoal	7.851.803,79	8.789.220,92
Encargos sobre remunerações	1.608.176,12	1.727.137,98
Indemnizações	1.779.495,57	252.644,29
Outros custos com o pessoal	292.012,91	306.012,53
	<u>11.638.265,67</u>	<u>11.184.622,42</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de pessoal ao serviço foi de 238 e 247, respetivamente.

25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Juros e gastos similares suportados:</u>		
Com empréstimos bancários	(115.060,94)	(191.981,94)
Com leasing	(2.475,42)	(3.953,26)
Com outros financiamentos	-	(0,11)
	<u>(117.536,36)</u>	<u>(195.935,31)</u>
<u>Juros e rendimentos similares obtidos:</u>		
De depósitos	33.683,35	11.287,74
Outros	348,10	377,48
	<u>34.031,45</u>	<u>11.665,22</u>
Resultados financeiros	<u>(83.504,91)</u>	<u>(184.270,09)</u>

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o resultado por ação foi como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Número de ações	2.130.000,00	2.130.000,00
Resultado líquido	260.507,00	512.849,52
Resultado por ação	0,12	0,24

[Handwritten signatures and initials]

27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas efetuadas no período com essas mesmas entidades estão evidenciados no quadro seguinte:

Acionistas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Controlinveste Media SGPS, S.A.	333.101,58	470.938,62	443.124,23	360.915,97
Global Notícias, Publicações	210.517,75	302.297,58	248.670,49	264.144,84
Global Notícias - Ag. Informação Imagem	10.639,50	8.093,40	15.565,65	3.167,25
Rádio Notícias (TSF)	86.759,35	91.113,96	103.873,46	73.999,85
Jornal do Fundão	628,89	4.536,96	4.031,61	1.134,24
Diário de Notícias do Funchal	9.487,35	37.949,40	37.949,40	9.487,35
Açormédia	15.068,74	26.947,32	33.033,62	8.982,44
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	124.697,99	476.298,37	455.827,12	145.169,24
Impresa Publishing, S.A.	19.369,63	113.500,96	104.614,73	28.255,86
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, S.A.	87.579,43	316.110,30	302.280,49	101.409,24
Medipress - Soc. Jornalist. E Editor., Lda	17.748,93	46.687,11	48.931,90	15.504,14
NP - Notícias de Portugal, CRL	7.755,60	2.618,75	5.299,28	5.075,07
Publico - Comunicação Social, S.A.	30.852,50	70.414,95	95.828,30	5.439,15
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	6.204,30	411.314,01	350.570,10	66.948,21
O Primeiro de Janeiro, S.A.	81.832,79	-	-	81.832,79
Empresa do Diário do Minho, LDA.	1.558,26	18.806,13	18.806,13	1.558,26
	586.003,02	1.450.390,83	1.369.455,16	666.938,69

As remunerações do pessoal chave da gestão da empresa estão mencionadas na Nota 24. deste anexo e no ponto E6 - Remunerações e outras regalias dos órgãos sociais do Relatório do Governo da Sociedade.

28. Eventos subsequentes

No entendimento do Conselho de Administração não ocorreram, entre a data de balanço e 22 de fevereiro de 2013, considerada como a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das demonstrações financeiras, quaisquer eventos que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

Do mesmo modo, no entendimento do Conselho de Administração, não ocorreram após a data de balanço quaisquer eventos suscetíveis de

proporcionar informação adicional justificativa da sua divulgação no presente Anexo.

Por sentença lavrada, a 13 de fevereiro de 2013, a Lusa foi absolvida de todos os pedidos formulados pelo Sindicato dos Jornalistas, no Processo 579/11.1TTLSB que correu termos no Tribunal de Trabalho de Lisboa.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

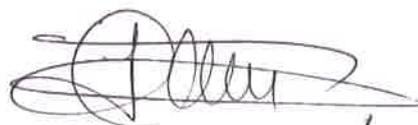


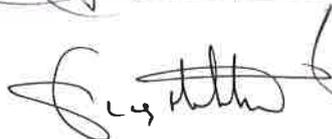
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,













C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no montante de 260.507,00 euros, o Conselho de Administração propõe:

- a) Nos termos do n.º 1 do Artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a transferência de 13.025,35 euros para Reservas Legais;
- b) Salvaguardado o disposto no Artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais, a transferência de 247.481,65 euros para Resultados Transitados.



D – RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, o Conselho de Administração presta informação dos aspetos mais relevantes relativos ao Governo da Sociedade, conformes com as orientações emanadas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

D1 – Missão, objetivos e políticas da empresa

O principal ativo da Lusa é a sua reputação enquanto agência de notícias credível e rigorosa, fortemente implantada em todo o território nacional e nos espaços de maior proximidade dos interesses portugueses no mundo.

A Agência tem uma visão clara sobre o seu papel, uma missão definida, e pauta a sua atividade, na comunidade em geral e internamente em todas as suas estruturas, por critérios de rigor.

Os objetivos estratégicos de curto e médio prazo estão delineados e têm sido concretizados.

Visão – A Lusa afirma a sua importância nacional e internacional, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

Missão – A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a disponibilização, contratada com o Estado Português, de um serviço noticioso global orientado pelo interesse público e tendente a favorecer o exercício da cidadania.



Valores – Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são: a clareza – facilmente inteligível; o rigor – equilíbrio, separação entre fatos e opiniões, identificação das fontes; a isenção – autonomia, distanciamento e independência perante os fatos e opiniões divulgados; a pluralidade – neutralidade perante as forças políticas, neutralidade e equilíbrio dos conteúdos emitidos, representação das forças e correntes políticas, ideológicas, culturais, sociais e religiosas existentes na sociedade; a fiabilidade – garantia de confiança; e a tempestividade da informação – produção e divulgação da informação quase em simultâneo com o tempo próprio da sua ocorrência.

Internamente, a todos os níveis da sua estrutura orgânica, e de acordo com o Código de Ética, a empresa fomenta os valores da clareza e da transparência, o rigor na utilização dos recursos disponíveis, a cooperação, o trabalho de equipa, a responsabilização individual, visando a realização pessoal e profissional de todos os seus colaboradores.

Posicionamento – O posicionamento da empresa no mercado decorre da análise que faz das suas principais vantagens comparativas, das suas debilidades, das oportunidades que identifica como potenciais desafios e dos constrangimentos que se colocam à sua atividade.

- Vantagens comparativas: a credibilidade dos seus serviços noticiosos, principalmente no seu mercado tradicional, as empresas de comunicação social; o facto de ser a única agência de notícias generalista portuguesa e de dimensão nacional e internacional, com funcionamento contínuo, 365 dias por ano; a sua forte implantação em todo o território nacional e no mundo lusófono.
- Debilidades: a imagem discreta que projeta para fora do seu mercado tradicional, a rigidez organizacional e a forte dependência do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.
- Oportunidades: a necessidade crescente e premente de informação, sentida pelas organizações em geral e muito especialmente pelas empresas; o



dinamismo empresarial e o reforço da cooperação no espaço da lusofonia; a relativa facilidade da evolução para uma plataforma alargada de circulação de serviços informativos, além da mera difusão de notícias; o amadurecimento do mercado multimédia e a crescente procura de conteúdos digitais.

- **Constrangimentos:** a conjuntura económica desfavorável do setor da comunicação social, que nunca deixará de ser destinatário fundamental dos serviços da Agência.

D2 – Grau de cumprimento dos objetivos

Os objetivos para o exercício de 2012 foram fixados no Plano de Atividades. O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objetivos de curto prazo, designadamente:

1. Consolidar a estratégia de redução de custos e de crescimento de receitas próprias.
2. Manter a excelência da marca e a qualidade de serviço da Lusa, e, simultaneamente, consolidar a estratégia de sustentabilidade da operação da Agência prosseguindo os esforços tendentes a:
 - a) Ajustar a dimensão da rede de delegados e de correspondentes
 - b) Aumentar e diversificar as receitas
 - c) Reduzir e eliminar ineficiências
3. Prosseguir o aumento da produtividade noticiosa com melhor cobertura geográfica, no respeito das obrigações decorrentes do Contrato de Serviço Público.
4. Aprofundar o crescimento da Lusa na geografia e mercados de língua portuguesa, prosseguindo os esforços tendentes a ampliar a presença e a ação da Agência no espaço lusófono, potenciando os acordos de

cooperação e as parcerias já estabelecidas ou a estabelecer com as agências noticiosas dos países da CPLP.

Entre os objetivos fixados no Plano de Atividades para 2012, o Conselho de Administração identifica alguns objetivos que não foram totalmente concretizados e que se entende que devem ser prosseguidos nos exercícios seguintes, a saber:

1. Redução e simplificação da estrutura de direções e chefias.
2. Estabelecimento de parcerias de negócio na geografia da Língua Portuguesa.
3. Aprofundamento do conceito de agência multimédia com uma redação versátil, formada para informação *in real time* em vários suportes mediáticos, com todos os jornalistas formados em multimédia, capaz de promover e lançar no mercado mais serviços para novas plataformas, nomeadamente, televisão corporativa, aplicações para smartphones e sítios internet, infografia, serviço última hora, e serviços Lusa TVRegional e Lusa Rádio; e disponibilizar serviços convergentes, através da distribuição de vários serviços especializados com diferentes *packagings*, sem acréscimo de esforço editorial.
4. Intensificar os esforços de valorização e internacionalização da marca Lusa, através da promoção de programas de formação profissional, exportação de *know-how* e tecnologia.
5. Promoção em plataforma da Internet de uma agência global multimédia, ancorada na Língua Portuguesa e em conjunto com parceiros locais na China, em Angola e no Brasil.

D3 – Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do setor Empresarial do Estado aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e com a última alteração pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, a Lusa



está sujeita a instrumentos jurídicos próprios pelo facto de se inserir no setor da Comunicação Social.

Entre outros, destacam-se os principais:

- Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa com a última alteração pela Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, que aprova o regime jurídico da concorrência e dá nova redação ao n.º 4 do artigo 4.º da Lei da Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista e que foi alterada e republicada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro.
- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português a 21 de dezembro de 2013.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e com a última alteração pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com a última alteração operada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, nomeadamente o regime das incompatibilidades.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que estabelece os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado.



- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece o novo regime da contratação pública e que revogou o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março e o Decreto-Lei n.º 197/99.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril que estabelece as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado.
- Código de Ética da Lusa aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, disponível em www.lusa.pt.
- Acordo de Empresa entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., e o Sindicato dos Jornalistas e outros, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de abril de 2009.

D4 – Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. tem uma participação na EPA – European Pressphoto Agency de 7 ações no valor nominal de € 20.000 (vinte mil euros) cada, que representam 1,89% do capital.

Não se verificaram transações relevantes.

D5 – Informação sobre outras transações

Não ocorreram.

D6 – Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Além da legislação aplicável para a contratação pública, todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Serviço de Compras e Económico, integrado na Direção Administrativa e Financeira, nos termos do Regulamento de Compras da Lusa.



O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores.

D7 – Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não ocorreram.

D8 – Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos de mercado (no caso de esta percentagem ultrapassar 1Me)

Nenhum fornecedor se enquadrou nesta condição.

D9 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Os corpos sociais da Lusa foram eleitos em assembleia-geral de acionistas de 27 de março de 2012, para o triénio 2012-2014.

A Mesa da Assembleia-Geral é composta por uma presidente, um vice-presidente e um secretário.

O Conselho de Administração é integrado por um presidente, que desempenha também as funções de administrador delegado e é o único membro executivo; um vice-presidente e três vogais, não executivos.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um Revisor Oficial de Contas.

É a seguinte a identificação de todos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio 2012-2014, respetivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa:

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Dr. Vítor Miguel Rodrigues Braz
Vice-Presidente: Dra. Denise Mendes Costa
Secretário: Dra. Rita Maria Góis de Carvalho

Conselho de Administração

Presidente: Dr. Amável Afonso Barata Camões
Vice-Presidente (não executivo): Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes
Vogal não executivo (1): Dra. Graça Maria Valente Nunes Montalvão
Fernandes
Vogal não executivo (2): Dr. Jorge Paulo Pereira Carreira
Vogal não executivo (3): Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Rui Filipe de Moura Gomes
Vogal: Dr. Pedro Jorge dos Santos Braumann
Vogal e ROC Efetivo: Dra. Susana Rodrigues de Jesus, ROC n.º 1338
Vogal e ROC Suplente: J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados, SROC n.º 30, representada por Dra. Saskia Marcia Ferreira Lopes, ROC n.º 1292.

Não foram constituídas comissões especializadas integrando membros do Conselho de Administração.



D10 – Órgãos sociais eleitos em assembleia-geral de 27 de março de 2009, para o triénio 2009-2011

É a seguinte a identificação de todos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio 2009-2011 respetivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa, e que se mantiveram em funções até à realização da assembleia-geral de 27 de março de 2012:

Assembleia-Geral

Presidente: Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa

Vice-Presidente: Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão

Secretária: Dr. José Pedro Barbosa Berhan da Costa, Secretário

Conselho de Administração

Presidente e Administrador Delegado: Dr. Amável Afonso Barata Camões

Vice-Presidente não executivo: Prof. Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso

Vogal não executivo (1): Prof. Dr. Rui Manuel Sobral Centeno

Vogal não executivo (2): Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Vogal não executivo (3): Gabino José Durão Ferreira de Oliveira

Vogal não executivo (4): Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira

Vogal não executivo (5): Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado

Conselho Fiscal

Presidente: Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres.

Vogal: Dr. António Corrêa d'Oliveira

ROC Efetivo: Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda

D11 – Remunerações e outras regalias dos membros dos órgãos sociais eleitos em 21 de março de 2012 e em 27 de março de 2009

Cfr. E-6 Das remunerações a páginas 76 a 78 deste relatório.

D12 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido nos exercícios anteriores visando a recuperação económica e financeira da sociedade, alicerçada no rigor da gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O Plano de Atividades definiu um conjunto de objetivos principais para o exercício de 2012, traçou ações a médio e curto prazo e precisou os objetivos setoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

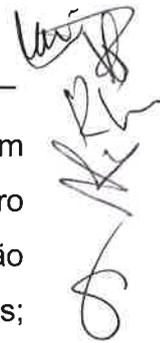
O Conselho de Administração considera que foram atingidos os principais objetivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda.

Como principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa, a Lusa identifica a redução do valor do contrato com o Estado e o agravamento da crise no mercado tradicional de comunicação social.

No paradigma das suas operações, a Lusa garante a promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação; adota critérios de sustentabilidade social e desenvolve políticas e práticas de equidade na ligação aos seus clientes e de respeito pelas suas expectativas em relação ao serviço da Agência.

Quanto à gestão de recursos humanos, a Lusa promove a valorização individual alicerçada no mérito.

O Conselho de Administração manteve o apoio às atividades do Clube Lusa cuja intervenção continua a revestir-se de especial significado, porquanto presta um serviço socialmente relevante aos seus associados – antigos e atuais trabalhadores da Agência Lusa – através da promoção de iniciativas culturais e recreativas que, pela interação dos participantes, fomentam um saudável espírito de grupo, e propiciam o desenvolvimento de dinâmicas de cultura empresarial favorável aos objetivos da Agência.



No âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, a Lusa mantém um protocolo com a CAIS – Associação de Solidariedade Social, desde 1 de janeiro de 2007, através do qual, nomeadamente, garante apoio à instituição na edição da revista Cais com cedência gratuita de fotografias, notícias e reportagens; colaboração na implementação da Agência de Comunicação CAIS e na produção de conteúdos de uma revista de atualidade.

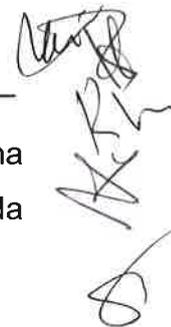
A Lusa adota políticas de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere à periódica verificação da qualidade do ar das instalações da sua sede, ao tratamento e reciclagem de lixos, e redução de impressão de fotocópias por via do projeto “paper less”.

Ao nível da eficiência energética, a Lusa cumpre as normas de certificação do seu edifício-sede e, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2010 de 29 de setembro, procurou fornecedores alternativos no mercado livre e logrou reduzir a fatura energética.

A Lusa contribuiu para a inclusão social (empregabilidade) não fazendo quaisquer discriminações nem aceção de pessoas.

A qualidade dos serviços prestados pela Lusa, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa, em 31 de julho de 2007, e na versão que manteve em idêntico contrato celebrado em 21 de dezembro de 2012, para vigorar no triénio 2012-2014, é monitorizada pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social que, para o efeito e sobre o assunto, produz dois relatórios semestrais com base numa grelha de avaliação da qualidade dos serviços e através de um inquérito aos clientes.

O rigor e a qualidade do trabalho produzido pela Lusa são assinalados em testemunhos do Gabinete para os Meios de Comunicação Social e, em geral, pelos clientes da Agência que destacam, em primeiro lugar, o rigor e a isenção das notícias e a distribuição rápida dos serviços noticiosos. Nas restantes áreas da atividade da Lusa, realçam a fiabilidade e a rapidez da informação prestada.



No âmbito da inovação/modernização a Lusa mantém a sua participação na Minds International onde segue e acompanha os temas relevantes do futuro da indústria.

Em termos de planos de ação para o futuro, a Lusa considera essencial a prossecução da estratégia como agência multimédia a produzir e distribuir informação para várias plataformas, mantendo o elevado grau de desempenho no cumprimento do serviço público que lhe está cometido.

D13 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo (RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

A Lusa adota os Princípios de Bom Governo e cumpre as disposições da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de março.

D14 – Código de Ética

A Agência adota e cumpre o Código de Ética da Lusa aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, e disponível em www.lusa.pt

D15 – Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa (ponto 19 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

A Lusa mantém procedimentos de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que resultam da aplicação de diretivas emanadas pelo Conselho de Administração para esse fim. É exemplo a Ordem de Serviço da Delegação de Competências, que define quais os limites e atos delegados nos vários níveis de gestão.



D16 – Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses (ponto n.º 22 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

A Lusa cumpre o Código de Ética aprovado pelo Conselho de administração de 19 de dezembro de 2008, disponível em www.lusa.pt. A agência não contrata a aquisição de bens e serviços a entidades de que tenha conhecimento serem propriedade de seus colaboradores.

D17 – Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação atualizada prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

E – DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

E1 – Dos objetivos de gestão, previstos no art.º 11.º do DL n. 300/2007 de 23 de agosto de forma quantificada

Os objetivos de gestão definidos pelo acionista maioritário e pelo Conselho de Administração foram amplamente cumpridos como se verifica pelo EBITDA de 957 mil euros e pelo resultado líquido de 261 mil euros.

E2 – Da gestão do risco financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2012, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Para financiamento do Investimento em ativo fixo, a empresa recorre ao leasing e a empréstimos bancários de MLP. Para financiamento de necessidades pontuais de tesouraria, a empresa recorre a empréstimos de CP sob a forma de conta corrente caucionada.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			As taxas de juro são as adequadas às características dos financiamentos contratados.
Diversificação de entidades credoras	X			A contratação de qualquer instrumento de financiamento só se concretiza após avaliação da consulta efetuada a pelo menos três entidades presentes no mercado.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			Dadas as condições de mercado e as operações realizadas pela Lusa, não se tem justificado a contratação de instrumentos derivados para a gestão de cobertura de riscos.
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Medida prosseguida pela empresa. Em 2012, a empresa contratou um financiamento de médio prazo (60 meses).
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			Na contratação dos financiamentos necessários, a empresa considera este pressuposto.
Minimização da prestação de garantias reais	X			A empresa procura cumprir esse desiderato. No entanto, em 2012, para a contratação do empréstimo de médio e longo prazo acima mencionado, prestou uma garantia real (hipoteca sobre 5 frações do edifício da sede).
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			A empresa procura fazer a cobertura financeira dos investimentos através dos meios libertados pela atividade operacional.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			A empresa acolhe esta opção quando os investimentos a realizar são elegíveis nos programas comunitários existentes. No passado, a empresa já recorreu a estes instrumentos comunitários (SIME).
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			Em 2012, todo o investimento realizado foi adquirido com recurso ao auto financiamento.
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			A Lusa tem privilegiado sobretudo o auto financiamento, razão pela qual não tem recorrido a instrumentos de gestão de risco financeiro.
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:
 FC - Fundos comunitários
 CP - Capital próprio
 S - Sim
 N - Não
 N.A. - Não Aplicável

- Taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos:

	Taxa anual média de financiamento (i)	Juros suportados	Outros encargos
2008	5,08%	378.684,30	18.591,30
2009	2,05%	134.560,91	10.630,75
2010	1,50%	95.547,28	4.962,90
2011	5,09%	195.935,20	15.693,71
2012	5,47%	117.536,36	11.885,80

(i) Juros suportados com financiamento / Passivo remunerado médio

- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos:

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012
Empréstimos bancários	358.867,64	129.376,75	91.615,48	191.981,94	115.060,94
Leasing	19.816,66	5.184,16	3.931,80	3.953,26	2.475,42
Outros	21.218,59	14.710,11	1,25	0,11	0,00
Total	399.902,89	149.271,02	95.548,53	195.935,31	117.536,36

E3 – Da evolução do Prazo Médio de pagamento a fornecedores em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	84	87	98	96	104	81	67	65

Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de bens e serviços	181.370,40	8.008,62	32.114,73	32.034,48	0,75

E4 – Dos Deveres Especiais de Informação, nos termos do Despacho n.º 147/2008, de 23 de maio, por via do reporte à DGTF e à Inspeção-Geral de Finanças de informação de acompanhamento e controlo financeiro

A Lusa cumpriu o determinado no despacho acima mencionado.

E5 – Das diligências tomadas e dos resultados no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2011

Em assembleia-geral de 27 de março de 2012, o representante do Acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração que:

- tome as medidas necessárias tendo em vista o cumprimento do Plano de Redução de Custos definido no Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 155/2011, de 28 de abril; e
- diligencie no sentido de aplicar o artigo 17º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e no artigo 77.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, o qual estabelece que a as entidades que integram o setor empresarial do Estado devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P..

A Lusa cumpriu as orientações relativamente ao Plano de Redução de Custos, excetuando no que se refere à rubrica “Gastos com o Pessoal”, em virtude das indemnizações pagas no âmbito do programa de saídas voluntárias, e foi dispensada de cumprimento do princípio de unidade de Tesouraria do Estado por Despacho n.º 1328/12-SETF.

E6 – Das remunerações

• Mesa Assembleia-Geral

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral Mandato 2009-2011	2012		
	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	550,44	439,74	0,00
Redução remuneratória*	27,52	21,98	0,00
Remuneração anual efetiva	522,92	417,76	0,00

* Decorrente da Lei 12-A/2010

• Órgão de Fiscalização

Unid: €

Conselho Fiscal Mandato 2009-2011	2011			2012		
	P	ROC	V	P	ROC	V
Remuneração anual fixa	14.788,06	15.750,00	9.031,00	4.359,53	3.937,50	2.535,39
Redução remuneratória*	1.478,82	0,00	0,00	928,27	0,00	0,00
Remuneração anual efetiva	13.309,24	15.750,00	9.031,00	3.431,26	3.937,50	2.535,39

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Unid: €

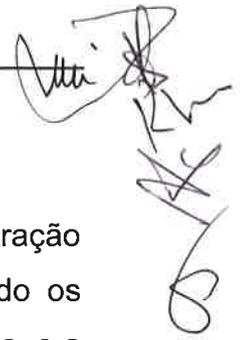
Conselho Fiscal Mandato 2012-2014	2012		
	P	ROC	V
Remuneração anual fixa	10.358,67	11.812,50	7.718,85
Redução remuneratória*	1.860,85	1.181,25	961,07
Remuneração anual efetiva	8.497,82	10.631,25	6.757,78

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

• Conselho de Administração - Exercício de 2012

	Presidente do Conselho de Administração	Vice-Presidente não Executivo	Vice-Presidente não Executivo	Vogal não Executivo (1)	Vogal não Executivo (1)	Vogal não Executivo (2)	Vogal não Executivo (2)	Vogal não Executivo (3)	Vogal não Executivo (3)	Vogal não Executivo (3)	Vogal não Executivo (4)	Vogal não Executivo (5)
Mandato	I / III	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim											
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	85 052,60 €	651,62 €	2.660,00 €	865,00 €	2.160,00 €	865,00 €	2.280,00 €	570,00 €	2.280,00 €	865,00 €	865,00 €	
OPRLO	Sim/Não											
Entidade de Origem (Identificar)												
Entidade pagadora (origem/destino)												
1.1 Remuneração Anual	89 287,94 €											
1.2 Despesas de Representação (Anual)												
1.3 Senha de presença (Valor Anual)		700,00 €	2.800,00 €	900,00 €	2.400,00 €	900,00 €	2.400,00 €	600,00 €	2.400,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €
1.4 Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.826,56 €	35,00 €	140,00 €	45,00 €	120,00 €	45,00 €	120,00 €	30,00 €	120,00 €	45,00 €	45,00 €	
1.5 Redução decorrente da Lei 64-B/2011	7.653,36 €	13,36 €			120,00 €							
1.6 Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	12 755,42 €											
1.7 Reduções de anos anteriores												
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	65 052,60 €	651,62 €	2.660,00 €	865,00 €	2.160,00 €	865,00 €	2.280,00 €	570,00 €	2.280,00 €	865,00 €	865,00 €	
2. Remuneração variável												
3 Isenção de Horário de Trabalho (IHT)												
4 Outras (Identificar)												
Subsídio de deslocação												
Subsídio de refeição												
Encargos com benefícios sociais												
Regime de Proteção Social (Seg Social)	12.254,72 €		539,98 €				462,84 €	115,71 €	462,84 €	173,57 €	173,57 €	173,57 €
Seguros de saúde	720,50 €											
Seguros de vida												
Seguro de Acidentes Pessoais												
Outros (Seg.Ac.Trab. e Doenças Profissionais)	306,37 €											
Acumulação de Funções de Gestão (B/N)												
Entidade (Identificar)												
Remuneração Anual												
Parque Automóvel	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
Mandato	I / III											
Modalidade de Utilização	Renting											
Valor de referência da viatura nova	48 930,96 €											
Ano Início	2010											
Ano Térmo	2013											
N.º prestações (se aplicável)	36											
Valor Residual												
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	12 143,17 €											
Combustível gasto com a viatura	5.213,49 €											
Plafond anual Combustível atribuído	4.800 litros											
Outros (Portagens / Reparções / Seguro)	3.092,70 €											
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim											
Outras regalias e compensações	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
Mandato	I / III											
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis												
Gastos anuais com comunicações móveis	2.672,35 €											
Outras (Cartão de crédito ao serviço da empresa)	5.218,69 €											
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)												
Gastos c/ deslocações	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo	Cargo
Mandato	I / III											
Custo total anual c/ viagens	15.537,30 €											
Custos anuais com Alojamento	5.035,18 €											
Ajudas de custo	2.491,62 €											
Outras (taxas, vistos, seguro viagem, etc.)	806,58 €											

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável



E7 – Art.º 32 do Estatuto do Gestor Público

A utilização de cartão de crédito pelo Presidente do Conselho de Administração tem exclusivamente por objeto despesas ao serviço da empresa, sendo os documentos comprovativos de despesa entregues à empresa e arquivados, e a utilização de telemóvel está sujeita ao limite fixado pelo Conselho de Administração.

E8 – Da Contratação Pública

A Lusa cumpre as normas da contratação pública.

E9 – Sistema Nacional de Compras e Parque de Veículos do Estado

A empresa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

E10 – Princípio da Igualdade do Género

A Lusa não faz distinção de género entre os seus trabalhadores e respeita o princípio da igualdade de oportunidades. Com efeito, o ponto 5.5 do código de Ética da Agência estipula que “a Lusa assegura a todos os seus colaboradores a progressão na carreira profissional em condições de igualdade de oportunidades, sem quaisquer discriminações, de acordo com o mérito individual e na observância de regulamento próprio.”

Em 31 de dezembro de 2012, entre os 267 trabalhadores, 136 eram homens (51 %) e 131 mulheres (49 %). O grupo Jornalistas tinha 179, sendo que 88 eram homens (49%) e 91 eram mulheres (51 %).

A estrutura de quadros de chefias é repartida por 47 homens e 20 mulheres.

Os órgãos sociais são integrados por 7 homens e 4 mulheres.

E11 – Plano de Redução de Custos

A Lusa seguiu as orientações do Ministério das Finanças relativamente ao plano de redução de custos, procedendo a negociações com fornecedores para obter a redução do valor dos contratos, e observou as orientações do Orçamento do Estado para 2012 em relação a gastos com pessoal. Não obstante, esta rubrica registou um crescimento de 4,1% face ao exercício anterior, como resultado do programa de saídas voluntárias, realizado por força da redução de 31% no valor do contrato com o Estado, celebrado em dezembro de 2012. De relevar, também, o desreconhecimento de ativos (dívidas reclamadas judicialmente ao Estado) e a anulação de faturação a entidades institucionais, cujo montante global ascendeu a 2,3 milhões de euros. Ainda assim, os gastos e perdas operacionais recuaram 1,1% (210 mil euros) face a 2011.

E12 – Redução de número de efetivos e de cargos dirigentes

Unid: €

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	12.421.529,58	11.184.622,42	11.638.265,67
Gastos com Órgãos Sociais (€)	153.974,86	129.167,18	124.164,82
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	16.529,93	32.645,30
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	502.314,90	435.068,97	371.334,97
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	48.085,95	109.847,48
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	11.612.513,28	10.367.741,98	9.363.270,31
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	554.974,90	2.081.937,02
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Rescisões / Indemnizações (€)	152.726,54	252.644,29	1.779.495,57
Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	306	303	277
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	12	12	10
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	6	5	5
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	288	286	262

A Lusa mantém um efetivo de cargos dirigentes adequado à sua estrutura. O Conselho de Administração eleito para o mandato de 2012-2014 é integrado por cinco gestores, menos dois do que o do mandato anterior. O efetivo de 2012 foi reduzido em 24 trabalhadores.

E13 – Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Por Despacho n.º 1328/12 de Secretária de Estado do Tesouro e Finanças foi concedida à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. a exceção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado.

E14 – Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público	X			100%	
Redução dos gastos e perdas operacionais	X			100%	
Consolidação da Agência Multimédia	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro	X				
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Diminuição de 26% nas dívidas a instituições de crédito (bancos e locadoras financeiras)	
Evolução do PMP a fornecedores	X			Diminuição de 31 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			65	
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Que a empresa tome as medidas necessárias tendo em vista o cumprimento do Plano de Redução de Custos definido no Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 155/2011, de 28 de abril.		X			Face ao exercício anterior, não foi possível reduzir em 15% os Gastos com o Pessoal, devido à implementação de um programa de saídas voluntárias, cujo custo foi de 1,8 milhões de euros. O mesmo se verificou relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos, cuja redução de 6,4 % (290 mil euros) foi a possível de modo a não afetar a operação da agência.
Que a empresa mantenha as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.		X			A Lusa foi dispensada de cumprimento do princípio de unidade de Tesouraria do Estado por Despacho n.º 1328/12-SETF.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X			9 990,87	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			4 621,63	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			16 759,29	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 26º da Lei 64-B/2011	X		X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			527 880,37	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			1 613 383,06	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X			5 218,66	
Reembolso de despesas de representação pessoal			X		
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				
Parque Automóvel					
Princípio da Igualdade do Género					
A Lusa não faz distinção de género entre os seus trabalhadores e respeita o princípio da igualdade de oportunidades	X				
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			Diminuição de 6,31% face a 2010	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			Decréscimo de 10,85% face a 2010.	
Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes					
N.º de efetivos	X			Diminuição de 8,58%	
N.º de cargos dirigentes		X			A Lusa mantém um efetivo de cargos dirigentes adequado à sua estrutura. O Conselho de Administração eleito para o triénio de 2012 -2014 é integrado por cinco gestores, menos dois que no mandato anterior.
Princípio da Unidade de Tesouraria		X			Por Despacho n.º 1328/12 de Secretária de Estado do Tesouro e Finanças foi concedida à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. a exceção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado.

F – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

1.

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais cumpre ao Conselho Fiscal elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, e contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. O Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivos anexos são da responsabilidade do Conselho de Administração.

2.

Durante o ano de 2012, a fiscalização na sociedade LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi assegurada pelo Conselho Fiscal, que integra a Vogal Revisora Oficial de Contas, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e no exercício das suas funções como órgão de fiscalização acompanhou de forma continuada a evolução da atividade da sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal efetuou reuniões periódicas.

O Conselho Fiscal reuniu com o Presidente do Conselho de Administração, com o Conselho de Administração, com o Secretário-Geral, com o Diretor Financeiro e, bem



assim, com diversos dirigentes responsáveis por departamentos da Sociedade.

O Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que importa salientar e cumprir agradecer.

3.

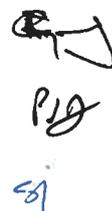
O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de fiscalização da independência do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo a Dra. Susana Rodrigues de Jesus, apresentado ao Conselho Fiscal a declaração de confirmação da independência do Revisor Oficial de Contas.

4.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal emitiu, em 15 de junho de 2012, em 30 de julho de 2012 e em 12 de dezembro de 2012, os relatórios trimestrais sobre a execução orçamental, para cumprimento do disposto na alínea e) do n.º1 do Despacho n.º 14277/2008 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de maio de 2008, publicado no Diário da República, II série, de 23 de maio de 2008.

5.

No final de 2012, as demonstrações financeiras da LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., evidenciam um total de balanço de 14 266,7 mil euros e um total de capital próprio positivo de 6 840,9 mil euros, incluindo um resultado líquido positivo de 260,5 mil euros.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Até à presente data, não chegou ao conhecimento do Conselho Fiscal que tivessem sido definidos os indicadores de desempenho, por referência às orientações previstas no n.º 1 da parte II do Anexo à RCM n.º 70/2008, de 27 de março – alíneas a) a h).

O Conselho Fiscal observou, tal como é referido no Relatório de Gestão, a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores dando-se cumprimento às orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

6.

De acordo com o descrito no Relatório de Gestão, em 2012 a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi dispensada, pelo Despacho n.º 1328/12-SETF, de observar o princípio da unidade de tesouraria que impõe a abertura e movimentação de uma conta junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

7.

A informação prestada no Relatório de Gestão cumpre o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado, designadamente a Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 1 de fevereiro, que aprovou os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado e as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2012.

No Relatório do Governo da Sociedade, a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., dedica um capítulo à análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental. Importa sublinhar que este documento representa um esforço de atualização em relação ao produzido em anos anteriores.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Em 2012 o Sítio da Internet da LUSA, assegurou a acessibilidade e a qualidade da informação disponibilizada, o que vai ao encontro dos requisitos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 1 de fevereiro, em matéria de disponibilização clara, relevante e atualizada.

8.

Cumpre, igualmente, referir, de acordo com as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas, que foram cumpridas as reduções das remunerações previstas na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

9.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legas das Contas emitida em 8 de março de 2013, pela Revisora Oficial de Contas, sem reservas e com uma ênfase.

10.

Pela análise dos documentos de prestação de contas, nos quais se inclui a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração e bem assim a Certificação Legal das Contas emitida, com a qual concordamos, verifica-se que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração descreve a evolução e o estado de gestão da Sociedade;
- b) A Certificação Legal das Contas se pronuncia sobre o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como sobre o correspondente anexo;
- c) Os documentos acima referidos satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.



51

PARECER

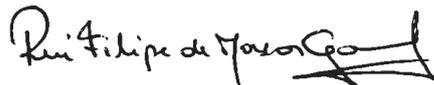
Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório e Contas do exercício de 2012 apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 8 de março de 2013

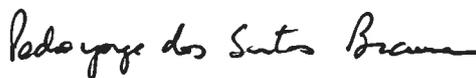
O CONSELHO FISCAL

Presidente



(Rui Filipe de Moura Gomes)

Vogal



(Pedro Jorge dos Santos Braumann)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

G – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 14 266 720,62 euros e um total de capital próprio de 6 840 890,93 euros, incluindo um resultado líquido de 260 507,00 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7, chamo a atenção para o facto de na Certificação Legal das Contas com data de 28 de fevereiro de 2012 referente às demonstrações financeiras de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., relativas ao exercício de 2011, estar integrada uma reserva cujas situações foram regularizadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2012.

Lisboa, 8 de março de 2013

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus